

Banco Panamericano S.A.

Informações Trimestrais Consolidadas 3º Trimestre de 2011

09 de Novembro de 2011

Banco Panamericano S.A.

Relatório da Administração – 3T11

09 de Novembro de 2011

SENHORES ACIONISTAS

A Administração do Banco Panamericano S.A. (“Panamericano” ou “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Informações Trimestrais relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2011, acompanhados do Relatório de revisão das Informações Trimestrais dos Auditores Independentes. As Informações Trimestrais apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), pela Comissão de Valores Mobiliários, pela Superintendência de Seguros Privados, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e demais normas estatutárias.

EVENTOS RECENTES

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 09 de novembro de 2010, foram descobertas irregularidades e inconsistências contábeis no Banco que não permitiam que suas demonstrações financeiras até então publicadas refletissem sua real situação patrimonial. Assim, dada a inviabilidade de se reconstituir, de forma apropriada, as demonstrações financeiras anteriores a novembro de 2010, a Administração que assumiu suas funções naquela data não encontrou alternativa que não a de estabelecer uma nova base contábil confiável, através da elaboração de um “balanço patrimonial especial de abertura”, com informações obtidas por meio de um levantamento completo de todos os direitos e obrigações da Companhia em 30 de novembro de 2010.

Como consequência, as informações trimestrais de 2011, bem como as demonstrações financeiras do semestre e do exercício terminados, respectivamente, em 30 de junho e 31 de dezembro de 2011, estão ou estarão prejudicadas em relação à sua comparabilidade com as demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Em 31 de janeiro de 2011, o Grupo Sílvio Santos (“GSS”), então acionista controlador do Panamericano, através da Sílvio Santos Participações S.A. (“SSP”) e da BF Utilidades Domésticas Ltda. (“BF”), celebrou com o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) contrato de compra e venda de ações e outras avenças por meio do qual o BTG Pactual comprometeu-se a adquirir a totalidade das ações da Companhia de titularidade do GSS pelo preço de R\$450 milhões, corrigidos a partir da data de conclusão do negócio até a data de seu efetivo pagamento por 110% da Taxa DI. O efetivo pagamento poderá ser feito a qualquer momento, a critério do BTG Pactual, até 31 de julho de 2028, ficando o valor a ser pago limitado à importância máxima de R\$3,8 bilhões. Na mesma data, o BTG Pactual e a Caixa Participações S.A. (“CAIXAPAR”) celebraram novo acordo de acionistas do Panamericano, com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle, incluindo a substituição do então controlador pelo BTG Pactual e a manutenção das principais condições do acordo anterior.

Outras medidas firmadas no mês de janeiro de 2011 afetaram positivamente a estrutura de liquidez e o capital regulatório da Companhia. O escopo destas medidas incluiu, entre outras, a cessão de créditos sem coobrigação no montante aproximado de R\$3,5 bilhões.

Nos dias 04 e 25 de maio de 2011, o Bacen aprovou as eleições dos diretores ocorridas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 05 e 27 de abril de 2011, respectivamente. Dessa forma, os Srs. José Luiz Acar Pedro (como Diretor Superintendente), Eduardo Nogueira Domeque, Iuri Rapoport, Leandro de Azambuja Micotti, Paulo Alexandre da Graça Cunha, Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa e Willy Otto Jordan Neto passaram a integrar a Diretoria da Companhia, junto com o Sr. Eliel Teixeira de Almeida.

Em 27 de maio de 2011, foi concluída a aquisição pelo BTG Pactual da totalidade das ações de emissão da Companhia de titularidade da SSP e da BF. Ademais, em 13 de junho de 2011, o Bacen aprovou de forma definitiva a transferência de ações acima mencionada, retroativamente ao mesmo dia 27 de maio de 2011.

Em razão desta aquisição, o Banco cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores das notas sênior com vencimentos em 26 de outubro de 2012 e 04 de agosto de 2015, cujas emissões totalizavam, respectivamente, US\$200 milhões e US\$300 milhões, a opção de resgatar antecipadamente as referidas notas pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27 de junho e 12 de julho de 2011, e teve a adesão de notas com valor total de principal de US\$900 mil na emissão com vencimento em 2012 e US\$11,4 milhões na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27 de julho de 2011.

Também no mês de julho e como parte das ações para redução dos custos de captação, a Companhia exerceu sua opção de resgatar antecipadamente e cancelar a totalidade da emissão de notas subordinadas com vencimento em 18 de julho de 2016, com valor total de principal de US\$125 milhões e cupom em dólares de 11% ao ano.

Ainda em razão da mudança de controle, o BTG Pactual realizou uma Oferta Pública de Ações (“OPA”) aos acionistas minoritários, na qual foram asseguradas as mesmas condições acordadas para a compra das ações do antigo acionista controlador. Em 16 de setembro de 2011, o leilão da OPA foi realizado por meio do sistema eletrônico de negociação da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e nele o BTG Pactual adquiriu 4.552 (quatro mil quinhentas e cinquenta e duas) ações preferenciais do Panamericano, que representam 0,004% (quatro milésimos por cento) das ações dessa espécie.

ACORDO OPERACIONAL

Por ocasião da entrada do BTG Pactual no bloco de controle do Panamericano e para reiterar seu compromisso de manutenção da parceria estratégica, a Caixa Econômica Federal (“Caixa”) firmou com o Banco, com a interveniência do BTG Pactual, em 31 de janeiro de 2011, um novo Acordo de Cooperação Operacional com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle e prazo de 8 anos, podendo ser prorrogado, para suporte à Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa Econômica Federal de adquirir créditos da Companhia, sob determinados parâmetros, sempre que esta desejar cedê-los, sem coobrigação, até o limite de R\$8,0 bilhões; e (ii) o reforço de liquidez através de operações interbancárias suportadas por limite de crédito de R\$2,0 bilhões. Estas operações serão realizadas em condições de mercado.

O Acordo Operacional anterior, firmado pela Caixa e pelo Panamericano em 26 de julho de 2010, que estabelece regime de cooperação mútua para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições, permanece válido em suas condições. Seu objetivo de criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação do portfólio de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros, continuará a ser perseguido.

AMBIENTE ECONÔMICO

Estimamos que o PIB tenha registrado um resultado modesto no 3º trimestre, com visível desaceleração em relação ao trimestre anterior, quando foi registrada alta de 0,8%. A virtual estagnação da produção industrial, no mesmo patamar há vários trimestres, não deverá ser alterada no futuro próximo, especialmente diante dos sinais mais adversos do cenário global. Podemos adicionar ainda a continuidade da deterioração da confiança empresarial e sinais mais evidentes de acumulação de estoques. Nesse contexto, as vendas no varejo restrito podem ter registrado crescimento próximo de zero no 3º trimestre, mas um olhar detalhado mostra que a performance de diversos subsetores relevantes do varejo segue em linha com sua tendência histórica de crescimento, sugerindo cautela na extrapolação de resultados de curto prazo. Assim, não esperamos um recuo da demanda doméstica, especialmente diante de um mercado de trabalho ainda bastante apertado. Além disso, a recente reversão da política monetária provocou uma queda acentuada nas taxas de empréstimos interbancários de um ano que, por sua vez, são fortemente correlacionadas com as condições de crédito (com uma defasagem de um trimestre). Se essa correlação histórica for mantida, a recente flexibilização da política monetária deverá em breve agir para dar suporte à demanda interna. De qualquer forma, ao longo dos últimos meses as medianas das expectativas para o crescimento do PIB em 2011 e 2012 foram revisadas para baixo e, agora, se situam em 3,3% em 3,5%, respectivamente.

A inflação medida pelo IPCA apresentou acomodação adicional no 3º trimestre, terminando em alta de 1,1%, abaixo do patamar do 2º trimestre (1,4%), ainda que bem acima do verificado no mesmo período de 2010 (0,5%). Neste contexto, a inflação acumulada em 12 meses acelerou para 7,3% em setembro (vs. 6,7% em junho de 2011). A inflação de serviços permaneceu elevada em termos históricos, assim como ocorreu com as medidas de núcleo. Por outro lado, a partir do 4º trimestre vemos um recuo da inflação no acumulado em 12 meses, porém ainda encerrando o ano perto do teto da meta de inflação. Nesse contexto, esperamos uma convergência bem gradual da inflação em 2012 para 5,5%.

Nas contas externas, as últimas divulgações não alteraram nossas expectativas para o déficit em conta-corrente de 2011. O déficit segue sendo financiado largamente pelas diversas fontes do balanço de pagamentos. Contudo, no último par de meses observou-se significativa depreciação da taxa de câmbio. Apesar de questões sobre o aumento de incertezas regulatórias no mercado de câmbio e da súbita reversão da postura de política monetária, tal movimento também refletiu de forma importante uma deterioração de fundamentos da taxa de câmbio - preços de commodities, valor do dólar americano em relação a outras moedas centrais e prêmios de risco - sugerindo obstáculos para uma reversão rápida a patamares mais apreciados a não ser por uma melhora expressiva dos fundamentos. Enquanto isso, do lado fiscal, observamos novos resultados expressivos proporcionados pelo bom desempenho das receitas e contenção mais forte que o antecipado das despesas, especialmente dos investimentos, pelo menos no 1º semestre do ano.

Por fim, em relação à política monetária, o Copom decidiu reduzir a taxa Selic para 11,5% ao ano em sua última reunião, desta vez em linha com o consenso de mercado. O comunicado pós reunião foi bastante breve, contrastando com aquele da reunião de agosto. A linguagem empregada sugere que há mais por vir em termos de relaxamento monetário. Todavia, ainda vemos alguma margem para dúvida em relação ao orçamento total e ao ritmo de implementação à frente, algo que deve ser esclarecido nos próximos documentos oficiais. Uma questão que deverá ser foco das atenções do mercado será como a autoridade monetária abordará os sinais mais incisivos de desaceleração da economia doméstica, buscando ou não um novo flanco para uma aceleração do ciclo de corte de juros, por enquanto condicionada exclusivamente, de acordo com a retórica utilizada, às mudanças dramáticas no quadro global. Por ora, e até que tais opções sejam sinalizadas, mantemos nosso cenário de mais um corte da taxa Selic em Novembro, trazendo-a para 11% ao ano, porém antevendo riscos maiores de um ciclo mais extenso de queda do juro básico.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Neste ambiente de política monetária em flexibilização e com algumas medidas de reorganização operacional já implementadas, o Panamericano foi capaz de acelerar a originação de ativos de crédito, cuja média mensal foi de R\$641,1 milhões no 3º trimestre de 2011, com aumento de 28,7% sobre a média do trimestre anterior. Entre as medidas que contribuíram para a sensível expansão da produção, destacamos a substituição dos modelos de aprovação de crédito nos diversos segmentos de financiamento de veículos, ocorrida entre os meses de maio e junho, a contratação de equipe dedicada às operações de financiamento na rede de concessionárias de veículos, concluída em agosto, e as mudanças de estrutura empreendidas na área de financiamento a empresas.

A Carteira Total de Crédito era de R\$10,5 bilhões ao final do 3º trimestre, comparados a R\$10,1 bilhões em junho de 2011. Este valor inclui: (i) a carteira de créditos retida no Banco, de R\$ 4,8 bilhões; (ii) os créditos cedidos com coobrigação, no montante de R\$2,7 bilhões; (iii) a totalidade das carteiras cedidas a FIDCs, no valor de R\$2,1 bilhões, sendo que o Banco detinha cotas dos referidos FIDCs no valor de R\$1,1 bilhão; e (iv) o saldo das operações de leasing, de R\$789,0 milhões. O saldo da carteira foi reduzido pela cessão de direitos creditórios no valor de R\$679,8 milhões, sem coobrigação, realizada no mês de setembro para a Caixa. O crédito para Pessoas Físicas correspondia a 95,4% da carteira total.

O principal mercado de atuação da Companhia continuou sendo o de financiamento de veículos, onde foram concedidos R\$1.199,7 milhões em novos financiamentos no 3º trimestre, incluindo as operações de arrendamento mercantil, o que representou uma expansão de 21,5% sobre os R\$987,6 milhões originados no trimestre anterior. O Banco está ativamente presente em 6.461 concessionárias e revendedoras de veículos novos e usados. A estratégia para este mercado, reforçada com a contratação da nova equipe, tem sido orientada pela busca de maior participação no segmento de automóveis novos, com o objetivo de alcançar uma melhor relação entre risco e retorno da carteira. Neste sentido, cabe destacar que no mês de setembro, que foi o primeiro mês completo de atuação da referida equipe, o financiamento de automóveis novos já respondeu por 16,4% do financiamento total de veículos leves.

No segmento de crédito consignado, foram concedidos R\$226,3 milhões em novos financiamentos no trimestre, valor 17,7% inferior ao do trimestre anterior. Os segmentos de crédito pessoal e crédito direto ao consumidor responderam pela concessão de R\$146,1 milhões em novos financiamentos entre julho e setembro, com expansão de 14,5% em relação ao 2º trimestre. A soma das modalidades de crédito para Pessoas Físicas correspondeu a 81,2% da originação total de créditos no 3º trimestre de 2011.

No segmento de crédito às Pessoas Jurídicas, a carteira era de R\$406,7 milhões no final do trimestre, sendo que a concessão de novos financiamentos foi de R\$351,2 milhões no período. Esta originação representou um aumento de 236,1% em relação ao trimestre anterior, fruto das ações que têm sido implementadas para a reestruturação da atuação neste segmento, tais como a reformulação e ampliação da equipe, a revisão de todo o processo de originação, aprovação e formalização dos contratos e suas garantias, e a adoção de uma política de perfil de crédito, melhorando a relação entre garantias, prazos e exposições.

No 3º trimestre de 2011 foram emitidos 75,3 mil novos cartões de crédito pelo Panamericano, entre titulares e adicionais, nas bandeiras Visa e MasterCard. A base de contas de cartões de crédito, distribuída entre institucionais e híbridos, fechou o mês de setembro em 2,11 milhões de contas, com 3,18 milhões de plásticos e uma relação de 1,51 cartões por conta, ligeiramente acima da relação de 1,48 no final do trimestre anterior. O valor transacionado com os cartões de crédito Panamericano no 3º trimestre de 2011 somou R\$724,0 milhões, com redução de 7,2% em relação ao 2º trimestre. Tal redução se deve, sobretudo, à menor emissão de novos cartões no 3º trimestre, somada à rotatividade natural na base existente. A queda na emissão de novos cartões, por sua vez, se deve ao maior rigor empregado na análise de crédito, principalmente a partir da entrada em operação de um novo sistema de aprovação de limites de crédito para cartões, ocorrida no último mês de agosto.

Ainda em agosto, o Panamericano concorreu com os outros emissores de cartões de crédito brasileiros a prêmios de qualidade operacional da bandeira Visa, para os quais se qualificam emissores com mais de doze

milhões de transações por ano, e foi vencedor em duas das três categorias da premiação, a saber: maior taxa de eficácia nos *chargebacks* e menor taxa de solicitação de cópias do comprovante de venda.

Em setembro, o Banco finalizou a integração da plataforma da Rêv Worldwide com sua rede de filiais e a rede de unidades lotéricas da Caixa. Essa integração possibilitou a criação da maior rede de recarga do Brasil para cartões pré-pagos multiuso.

Os recursos captados totalizaram R\$11,2 bilhões ao final de setembro, com um incremento de 9,4% sobre o saldo de R\$10,2 bilhões no final de junho. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo, que correspondiam a 28,8% do total, ou R\$3,2 bilhões; (ii) as cotas de terceiros em FIDCs exclusivamente de créditos originados pelo Banco, representando 11,4% do total, ou R\$1,3 bilhão; (iii) as Cessões de Crédito, com 24,3% do total ou R\$2,7 bilhões; (iv) as Emissões Externas no valor de R\$1,9 bilhão, equivalentes a 17,0% do total; e (v) os Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$1,6 bilhão, equivalentes a 14,7% do total.

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da nova composição acionária, o Banco vem adotando uma política de redução dos custos de captação e praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo. Em 30 de setembro de 2011, os Depósitos a Prazo eram compostos por captações junto a: (i) administradores de recursos e investidores institucionais, com participação de 56,6%; (ii) pessoas jurídicas, com 20,4%; e (iii) pessoas físicas, com de 23,0%.

Diversas medidas têm sido tomadas pela atual Administração para revisão dos padrões internos de governança, gerenciamento e controle, incluindo a entrada em operação de novos sistemas, de novos modelos de avaliação e aprovação de crédito (já mencionados), assim como a revisão completa dos processos de crédito e cobrança. Estas medidas buscam criar condições consistentes para o crescimento futuro das operações de crédito em bases mais eficientes, e têm sido o foco da atual Administração.

Entre os novos sistemas de tecnologia da informação que já entraram em operação, cabe destacar os sistemas: (i) de controle de operações na BM&FBOVESPA; (ii) de gestão de compras e contratos; (iii) de recuperação de créditos, gestão da cobrança e arrecadação de créditos (Cyber); (iv) de gestão das operações de cessão de direitos creditórios, integrado com a C3; (v) de controle de lastro para operações de LCA e LCI; e (vi) de controle das operações de Tesouraria e câmbio. Além desses sistemas, foi implantado um novo *site* de contingência e estão em fase de implementação os sistemas: (i) de gestão das carteiras de veículos e consignado; (ii) de crédito imobiliário; e (iii) de gestão de cargas em cartões pré-pagos, entre outros.

Em adição, houve remanejamento, readequação e primarização de equipes, com a incorporação de novos profissionais com experiência e reputação de mercado, segregação de várias funções e aperfeiçoamento de controles em diversas áreas, revisão dos contratos com fornecedores, além de outras ações para gestão mais eficiente de custos e melhoria operacional. Os efeitos destas iniciativas deverão ser percebidos de forma gradual ao longo dos próximos trimestres.

O Panamericano apresentou, no 3º trimestre de 2011, um Lucro Líquido de R\$2,8 milhões no balanço consolidado, comparado à perda de R\$25,5 milhões no trimestre anterior. O Lucro Líquido acumulado nos primeiros nove meses de 2011, no balanço consolidado, foi de R\$ 53,5 milhões.

Em 30 de setembro, o Patrimônio Líquido consolidado era de R\$ 1.230,6 milhões, enquanto o Índice de Basileia era de 11,99% e o valor da Margem Operacional era de R\$38,0 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PWC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Panamericano no trimestre não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC, não relacionados à auditoria externa, em patamares superiores a 5% do total dos custos desta. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 27 de outubro de 2011, o Bacen aprovou a eleição dos conselheiros ocorrida na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 02 de junho de 2011. Dessa forma, os Srs. Jorge Fontes Hereda (Presidente), André Santos Esteves (Vice-Presidente), Antônio Carlos Canto Porto Filho, José Luiz Acar Pedro, Mateus Affonso Bandeira e Roberto Balls Sallouti passaram a integrar o Conselho de Administração da Companhia.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução das medidas de reestruturação operacional do Panamericano e na aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

BANCO PANAMERICANO S.A. - CONSOLIDADO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Consolidado			PASSIVO	Nota explicativa	Consolidado		
		30/09/2011	30/06/2011	31/12/2010			30/09/2011	30/06/2011	31/12/2010
CIRCULANTE		5.497.455	5.606.262	5.832.614	CIRCULANTE		6.704.817	5.999.569	7.737.113
Disponibilidades	5	10.903	8.702	9.222	Depósitos	14.a	3.139.305	1.709.846	3.267.170
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	774.740	927.562	636.184	Depósitos à vista		34.362	41.353	43.234
Aplicações no mercado aberto		649.992	612.189	210.769	Depósitos interfinanceiros		1.618.678	128.939	804.224
Aplicações em depósitos interfinanceiros		124.748	315.373	425.415	Depósitos a prazo		1.486.265	1.539.554	2.419.712
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	87.769	126.623	65.565	Captações no mercado aberto	14.b	260.998	166.995	2.001
Carteira própria		69.400	121.606	61.082	Carteira própria		-	116.996	-
Instrumentos financeiros e derivativos	7.c	18.088	4.984	4.450	Carteira de terceiros		260.998	49.999	2.001
Vinculados a prestação de garantias		259	-	-	Recursos de aceites e emissão de títulos	14.c	19.792	14.332	15.979
Outras aplicações		22	33	33	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		4.157	-	-
Relações interfinanceiras		22.204	20.921	2.151	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		15.635	14.332	15.979
Pagamentos e recebimentos a liquidar		11.552	10.843	-	Relações interfinanceiras		781.333	1.136.276	1.594.853
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		937	936	831	Recebimentos e pagamentos a liquidar		7.904	5.780	-
Correspondentes no país		9.715	9.142	1.320	Correspondentes no país	15	773.429	1.130.496	1.594.853
Relações interdependências		-	105	911	Relações interdependências		3.452	1.437	522
Transferências internas de recursos		-	105	911	Recursos em trânsito de terceiros		3.452	1.437	522
Operações de crédito	8	2.184.233	2.015.640	3.170.477	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	84	272.820	253.259
Operações de crédito - setor privado		2.807.449	2.586.240	3.877.388	Instrumentos financeiros derivativos		84	272.820	253.259
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(623.216)	(570.600)	(706.911)	Outras obrigações		2.499.853	2.697.863	2.603.329
Operações de arrendamento mercantil	8	290.507	316.160	349.584	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		19.720	14.236	5.707
Operações de arrendamento a receber		333.727	355.297	376.072	Sociais e estatutárias		27	11	5.183
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	(43.220)	(39.137)	(26.488)	Fiscais e previdenciárias	18.a	90.215	88.879	24.724
Outros créditos		1.982.200	2.047.507	1.389.105	Provisões técnicas de seguros e previdência	19.d	115.513	106.702	129.471
Rendas a receber		7.578	6.683	5.491	Negociação e intermediação de valores		14.802	610	19.119
Negociação e intermediação de valores		19.725	10.427	19.368	Dívidas subordinadas	16	34.371	22.007	24.657
Prêmios de seguros a receber		9.537	9.541	(999)	Diversas	18.b	2.225.205	2.465.418	2.394.468
Diversos	9	1.612.752	1.576.269	842.554					
Títulos e créditos a receber	8 e 9	467.536	513.022	546.848					
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(134.928)	(68.435)	(24.157)					
Outros valores e bens		144.899	143.042	209.415					
Outros valores e bens	10.a	133.017	152.865	207.837					
(Provisão para desvalorização)	10.a	(86.544)	(96.415)	(126.032)					
Despesas antecipadas	10.b	98.426	86.592	127.610					

ATIVO	Nota	Consolidado			PASSIVO	Nota	Consolidado		
		30/09/2011	30/06/2011	31/12/2010			30/09/2011	30/06/2011	31/12/2010
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		7.348.917	6.362.608	7.295.647	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		4.934.038	4.667.790	5.413.023
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.a	123.907	135.226	163.392	Depósitos	14.a	1.763.274	1.809.244	2.318.638
Aplicações em depósitos interfinanceiros		123.907	135.226	163.392	Depósitos interfinanceiros		23.881	7.224	12.639
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.244.371	1.035.197	500.279	Depósitos a prazo		1.739.393	1.802.020	2.305.999
Carteira própria		427.981	229.108	381.321	Captações no mercado aberto	14.b	102.202	117.170	114.530
Vinculados a compromissos de recompra		118.553	325.316	114.681	Carteira própria	14.c	1.131.069	770.432	833.100
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	212.845	17.790	4.277	Recursos de aceites e emissão de títulos		229.037	5.714	-
Vinculados a prestação de garantias		484.992	462.983	-	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		902.032	764.718	833.100
Operações de crédito	8	3.380.424	2.818.833	4.177.074	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	7.c	16.806	164.217	199.654
Operações de crédito - setor privado		3.667.076	3.062.145	4.490.229	Instrumentos financeiros derivativos		16.806	164.217	199.654
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(286.652)	(243.312)	(313.155)	Instrumentos financeiros derivativos		1.920.687	1.806.727	1.947.101
Operações de arrendamento mercantil	8	420.245	497.082	660.312	Outras obrigações		770.411	706.215	654.883
Operações de arrendamento a receber		455.274	530.975	682.504	Fiscais e previdenciárias	18.a	950.696	965.953	1.041.375
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(35.029)	(33.893)	(22.192)	Dívidas subordinadas	18.b	199.580	134.559	250.843
Outros créditos		1.963.414	1.689.380	1.574.044	Diversas		90	143	3.545
Diversos	9	1.963.414	1.689.380	1.574.044	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		90	143	3.545
Outros valores e bens		216.556	186.890	220.546	Resultados de exercícios futuros		34	1.934	1.702
Despesas antecipadas	10.b	216.556	186.890	220.546	PARTICIPAÇÃO DE AÇIONISTAS MINORITÁRIOS		34	1.934	1.702
PERMANENTE		23.173	45.847	46.272	Participação de acionistas minoritários		1.230.566	1.345.281	19.150
Investimentos		1.026	1.019	1.221	Capital social:	20	1.108.091	1.108.091	1.108.091
Outros investimentos	11.b	1.026	1.019	1.221	De domiciliados no país		1.020.586	1.012.648	1.020.428
Imobilizado de uso	12	12.543	36.034	37.300	De domiciliados no exterior		87.505	95443	87.663
Imóveis de uso		5.222	30.222	30.222	Reservas de capital		172	172	172
Outras imobilizações de uso		38.163	37.662	38.442	Reserva de Lucros		-	0	-
(Depreciações acumuladas)		(30.842)	(31.850)	(31.364)	Ajustes de avaliação patrimonial		(9)	(13)	5
Intangível	13	9.604	8.794	7.751	Lucros/(prejuízos) acumulados		122.312	237.031	(1.089.118)
Ativos intangíveis		18.508	17.571	15.387					
(Amortizações acumuladas)		(8.904)	(8.777)	(7.636)					
TOTAL DO ATIVO		<u>12.869.545</u>	<u>12.014.717</u>	<u>13.174.533</u>	TOTAL DO PASSIVO		<u>12.869.545</u>	<u>12.014.717</u>	<u>13.174.533</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações trimestrais consolidadas.

BANCO PANAMERICANO S.A. - CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Período findo em 30 de setembro de 2011
		3º Trimestre	2º Trimestre	
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Rendas de Operações de Crédito	8.h	533.778	485.384	2.113.275
Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil		44.249	53.729	154.810
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.d	61.040	89.638	189.134
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		426.192	(112.168)	183.341
Resultado de Operação de Câmbio		306	10	334
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de Captação no Mercado	14.d	(644.900)	(119.616)	(949.730)
Operações de Empréstimos e Repasses		(5)	(10)	(20)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.d	(447.851)	(226.566)	(947.087)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
		(27.191)	170.401	744.057
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Receitas de Prestação de Serviços	21	107.374	97.703	295.217
Receita de Prêmios Ganhos de Seguros		26.660	37.658	99.033
Despesas de Sinistros Retidos		(13.461)	(16.482)	(57.416)
Despesas de Pessoal	22	(28.218)	(19.095)	(62.653)
Outras Despesas Administrativas	23	(276.417)	(283.635)	(1.035.546)
Despesas Tributárias	24	(27.869)	(21.045)	(101.975)
Outras Receitas Operacionais	25.a	16.714	91.862	185.869
Outras Despesas Operacionais	25.b	(57.050)	(161.607)	(291.087)
RESULTADO OPERACIONAL				
		(279.458)	(104.240)	(224.501)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL				
	26	(3.070)	(34.758)	(74.036)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES				
		(282.528)	(138.998)	(298.537)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Provisão para Imposto de Renda	30.a	285.137	113.653	352.002
Provisão para Contribuição Social		(25.995)	3.628	(55.774)
Provisão para Contribuição Social		(15.956)	5.575	(24.954)
Ativo Fiscal Diferido		327.088	104.450	432.730
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS				
		231	(195)	(1)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO				
		2.840	(25.540)	53.464

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais consolidadas.

BANCO PANAMERICANO S.A. - CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado		
	3º Trimestre	2º Trimestre	Período findo em 30 de setembro de 2011
RECEITAS	598.635	174.646	1.532.757
Intermediação Financeira	1.065.565	516.593	2.640.894
Prestação de Serviços	107.374	97.703	295.217
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(447.851)	(226.566)	(947.087)
Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais	(126.453)	(213.084)	(456.267)
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(644.905)	(119.626)	(949.750)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(176.456)	(147.380)	(704.552)
Materiais, Energia e Outros	(787)	(465)	(1.872)
Serviços de Terceiros	(22.278)	(3.480)	(105.777)
Comissões pagas a Lojistas e Promotores	(153.391)	(143.435)	(596.903)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(222.726)	(92.360)	(121.545)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(1.157)	(1.178)	(3.560)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(223.883)	(93.538)	(125.105)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(223.883)	(93.538)	(125.105)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(223.883)	(93.538)	(125.105)
Pessoal	24.376	16.221	53.454
Remuneração Direta	19.937	12.878	43.467
Benefícios	3.037	1.287	5.616
FGTS	1.515	1.758	4.186
Outros	(113)	298	185
Impostos, Taxas e Contribuições	(253.426)	(89.734)	(240.828)
Federal	(261.249)	(95.728)	(261.521)
Estadual	(1)	2	2
Municipal	7.824	5.992	20.691
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.558	5.320	8.804
Aluguéis	2.558	5.320	8.804
Remuneração de Capitais Próprios	2.609	(25.345)	53.465
Lucros Retidos	2.840	(25.540)	53.464
Participação dos não-Controladores nos Lucros Retidos	(231)	195	1

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais consolidadas.

BANCO PANAMERICANO S.A. - CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Lucros (Prejuízos) Acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	1.108.091	172	5	(1.089.118)	19.150
Ajuste de exercícios anteriores (nota explicativa nº 20.e)	-	-	-	(148.034)	(148.034)
Depósito de Acionista (nota explicativa nº 20.d)	-	-	-	1.300.000	1.300.000
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio do 1º Semestre de 2010 (nota explicativa 20.c)	-	-	-	6.000	6.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(14)		(14)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	53.464	53.464
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011	<u>1.108.091</u>	<u>172</u>	<u>(9)</u>	<u>122.312</u>	<u>1.230.566</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais consolidadas.

BANCO PANAMERICANO S.A. - CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado		Período findo em 30 de setembro de 2011
	3º Trimestre	2º Trimestre	
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.840	(25.540)	53.464
Depreciações e Amortizações	1.157	1.178	3.560
(Reversão) Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	(9.871)	-	(9.871)
Provisão para Contingências	65.832	5.550	74.619
Prejuízo na Venda de Bens Não de Uso Próprio	22.050	33.739	93.016
Ganho na venda de imobilizado	(6.220)	-	(6.220)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	447.851	226.566	947.087
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	(285.137)	(113.653)	(352.002)
Provisões técnicas de seguros e previdência	290	(19.256)	297
Ajuste de avaliação patrimonial	4	(18)	(14)
Lucro Líquido Ajustado	238.796	108.566	803.936
Variação de Ativos e Passivos:			
Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	130.205	53.974	168.459
Redução/(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	37.839	(32.430)	(544.090)
Redução em Relações Interdependências	2.121	1.841	3.841
Redução/(Aumento) em Operações de Crédito	(730.183)	(76.348)	1.782.894
Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	102.490	93.254	299.144
Redução/(Aumento) em Outros Créditos	(342.278)	214.171	(1.578.860)
Aumento em Outros Valores e Bens	(63.595)	(182.648)	(126.824)
(Redução)/Aumento em Depósitos	1.383.489	(892.276)	(683.229)
Aumento em Captações no Mercado Aberto	79.035	147.666	246.669
Redução em Relações Interfinanceiras	(356.226)	(337.449)	(833.573)
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	86.901	(105.424)	32.999
Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	(628.306)	(54.828)	(658.229)
(Redução)/Aumento em Resultado de Exercícios Futuros	(52)	13	(3.455)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(59.764)	(1.061.918)	(1.090.318)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Alienação de Imobilizado de Uso	25.082	55	25.551
Alienação no Intangível	84	-	108
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	26.113	47.696	118.405
Aquisição de Investimentos	(7)	(15)	(37)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(295)	(31)	(759)
Aplicações no Intangível	(1.453)	(735)	(3.662)
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio do 1º semestre de 2010	-	6.000	6.000
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	49.524	52.970	145.606
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Emissão de Letras Financeiras	220.000	5.668	225.668
Redução de Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	(31.958)	(11.175)	(56.878)
Redução de Dívidas Subordinadas	(207.637)	(33.926)	(253.199)
Depósito de Acionista	-	-	1.300.000
Variação nas participações minoritárias	(1.900)	195	(1.668)
CAIXA LÍQUIDO USADO/PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(21.495)	(39.238)	1.213.923
REDUÇÃO/(AUMENTO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(31.735)	(1.048.186)	269.211
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	696.379	1.744.565	395.433
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO (nota explicativa nº 5)	664.644	696.379	664.644

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO E 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Panamericano S.A. (“Banco” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. O Banco atua principalmente no mercado de crédito direto ao consumidor, operando linhas de crédito pessoal e financiamentos de veículos, material de construção, móveis, turismo, eletrodomésticos e outros. Por intermédio de suas controladas diretas e indiretas, atua também nas áreas de arrendamento mercantil de veículos e outros bens, seguros do ramo de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais – DPVAT e consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e com vistas a manter a necessária linha de “*funding*” para as suas operações, o Banco adotou a política de proceder à cessão de créditos que compõem a sua carteira de crédito. As cessões são realizadas para outras instituições financeiras e para fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”) constituídos com essa finalidade. A cessão de crédito faz parte da estratégia operacional da instituição, resultando no imediato reconhecimento das receitas e despesas destas operações. Os resultados estão refletidos nas informações trimestrais do Banco, em receitas de intermediação financeira, sendo a parcela correspondente às operações com FIDCs, quando aplicável, eliminadas e apropriadas no prazo das operações de créditos, para fins de elaboração das informações trimestrais consolidadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Em 27 de maio de 2011, o Banco BTG Pactual S.A concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S.A e da BF Utilidades Domésticas Ltda., correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferências, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal do Banco Panamericano S.A. A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil manifestou-se favoravelmente à alteração do controle acionário do Banco em sessão realizada em 30 de março de 2011, aprovando definitivamente a transferência das ações em 13 de junho de 2011.

Com a conclusão da operação, a CAIXA e o Banco BTG Pactual passaram a exercer o controle acionário do Banco Panamericano, conforme novo acordo de acionistas da Instituição celebrado em 31 de janeiro de 2011.

Em decorrência do acima exposto, a CAIXA e o Banco Panamericano, com a interveniência do Banco BTG Pactual, firmaram Acordo de Cooperação Operacional pelo prazo de 8 (oito) anos, podendo ser prorrogado, onde a CAIXA se compromete adquirir créditos do Banco, sempre que este desejar cedê-los, sem coobrigação, até o limite de R\$ 8,0 bilhões (oito bilhões), além do reforço de liquidez através de aquisição de depósitos interfinanceiros (DI), que será suportado por limite de crédito de até R\$ 2,0 bilhões (dois bilhões), sem qualquer subsídio explícito ou implícito nessas operações.

O Banco BTG Pactual S.A. apresentou à Comissão de Valores Mobiliários em 17 de junho de 2011 pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações preferenciais de emissão do Banco Panamericano – (OPA) aos demais acionistas, pelo mesmo preço pago para as ações ao ex-acionista controlador. No dia 16 de setembro de 2011, foi realizado o leilão da Oferta Pública de Aquisição de Ações, por meio do sistema eletrônico de negociação da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. No leilão da OPA, o Banco BTG Pactual S.A. adquiriu 4.552 (quatro mil quinhentas e cinquenta e duas) ações preferenciais do Panamericano, que representam 0,004% (quatro milésimos por cento) das ações dessa espécie, sendo que os acionistas titulares de 656 (seiscentas e cinquenta e seis) ações preferenciais da Instituição optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção à Vista, conforme definida no Edital da OPA, e os demais, titulares de 3.896 (três mil oitocentas e noventa e seis) ações preferenciais da Instituição, optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção à Prazo, conforme definida no Edital.

Com as ações preferenciais adquiridas no referido leilão, o Banco BTG Pactual passou a ser titular de 24.716.838 (vinte e quatro milhões, setecentas e dezesseis mil, oitocentas e trinta e oito) ações preferenciais da Instituição, e participação de 37,64% (trinta e sete vírgula sessenta e quatro por cento) do capital social do Panamericano.

A composição acionária atual no Banco Panamericano, após a conclusão da OPA, passou a ser representada como segue:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	67.259.322	51,00	24.716.838	21,98	91.976.160	37,64
Caixa Participações S.A. - Caixapar	64.621.695	49,00	24.712.286	21,97	89.333.981	36,56
Conselho de Administração	11	-	-	-	11	-
Mercado	-	-	63.033.788	56,05	63.033.788	25,80
Total	131.881.028	100,00	112.462.912	100,00	244.343.940	100,00

2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais do Banco e suas controladas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimentos em direitos creditórios FIDC's ("Consolidado") foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando aplicável.

Essas informações trimestrais foram elaboradas sob certas condições especiais decorrentes das inconsistências contábeis identificadas pelo BACEN e irregularidades adicionais e outros ajustes constatados pela administração, conforme divulgado nas informações trimestrais de 31 de dezembro de 2010.

A administração que tomou posse em 09 de novembro de 2010, mesmo utilizando-se dos controles e sistemas operacionais em vigor, em decorrência dos processos inadequados praticados anteriormente que corromperam os sistemas de controles internos da instituição, não pôde correlacionar as inconsistências contábeis e irregularidades adicionais constatadas com os períodos a que efetivamente se referem, tornando-se impraticável a reelaboração das informações trimestrais em períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, de forma a incorporar os possíveis ajustes que seriam necessários para apresentar dados confiáveis e que pudessem ser de utilidade para o adequado entendimento dessas demonstrações. Por outro lado, a mera apresentação das informações trimestrais de períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, sem os ajustes que corrigiriam todas as distorções decorrentes das inadequadas práticas e procedimentos irregulares utilizados no passado, prejudicaria toda e qualquer possibilidade de comparação entre períodos e induziria a erros em quaisquer análises dessas informações.

Com a posse de novos administradores em 09 de novembro de 2010, foram adotadas as providências necessárias para que fossem cessadas as práticas irregulares e que geraram as distorções mencionadas. Obteve-se então, um aprimoramento do ambiente de controles internos resultando em novo marco para a contabilidade e para os processos operacionais da instituição. Conseqüentemente, os gestores reconheceram a inadequação e enfatizaram a inconfiabilidade de toda e qualquer demonstração, informação ou dado contábil, anterior ao balanço patrimonial de 30 de novembro de 2010, elaborado sob sua responsabilidade.

As informações trimestrais que envolvem as operações até 09 de novembro de 2010, estão definitivamente comprometidas na sua missão de prestar informações de qualidade e fidedignidade consoante os princípios contábeis, devido aos principais aspectos:

- Relevante inadequação do balanço patrimonial de períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, incluindo ajustes de inconsistências contábeis (ajuste contra lucros acumulados), identificadas pelo BACEN, durante seus trabalhos de Inspeção, com base em 30 de junho de 2010;
- Relevantes ajustes contra o resultado ocorrido até 30 de novembro de 2010, decorrentes, principalmente, das mesmas causas das inconsistências contábeis, acima mencionadas;

(c) Impossibilidade, dada a fragilidade e impropriedade dos sistemas contábeis e de controle interno até então vigentes no Banco, de apropriadamente segregar e mensurar quais dos ajustes de inconsistências contábeis se referem a períodos anteriores.

Pelo exposto, as informações trimestrais – ITR's e IFT's de 2011 bem como as informações trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2011 e do exercício a findar em 31 de dezembro de 2011, estão ou estarão prejudicadas com relação à sua comparabilidade, em relação às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, também, em função dos aspectos anteriormente mencionados.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das informações trimestrais, adotou, conforme aplicável, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
2. CPC 03 – Demonstração do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
3. CPC 05 – Divulgação de partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2012)
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11 (com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012).

As informações trimestrais consolidadas, referentes ao período findo em 30 de setembro de 2011, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 07 de novembro de 2011.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

	Participação total %		
	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010
Controlada direta:			
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97	99,97
Panamericana de Seguros S.A. (f)	99,99	98,75	98,75
Panserv Prestadora de Serviços Ltda (g)	100,00	-	-
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e de Prev. Privada Ltda (h)	99,99	-	-
Controlada indireta:			
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. (f)	99,99	99,01	99,01
Entidades de Propósitos Específicos – EPEs:			
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco Panamericano (“Caixa CDC FIDC”) (a) (d)	100,00	100,00	100,00
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco Panamericano (“Caixa Master CDC FIDC”) (a) (e)	100,00	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FF – Multisegmentos (“FIDC FF”) (a) (c)	-	-	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios F BP – Financeiro (“FIDC F BP”) (a) (b)	100,00	100,00	100,00

(a) O percentual está representado pelas cotas subordinadas, e/ou pela coobrigação aos créditos cedidos aos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios FIDCs, detidos pelo Banco. Para fins de apresentação das informações trimestrais consolidadas os FIDCs foram consolidados conforme disposto na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício-Circular CVM nº 001/07;

(b) Fundo constituído em Dezembro de 2010;

(c) Fundo encerrado em 29 de Junho de 2011, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data;

(d) Atual denominação do Autopan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos (“Autopan FIDC”);

(e) Atual denominação do Master Pan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos (“Master Pan FIDC”);

- (f) Em 27 de maio de 2011 a BF Utilidades Domésticas Ltda vendeu para o Banco Panamericano 67.259 ações ordinárias e 24.712 ações preferenciais da Panamericana de Seguros S.A.. O processo foi aprovado pela SUSEP em 09 de agosto de 2011;
- (g) Empresa constituída em 15 de junho de 2011;
- (h) Empresa constituída em 22 de julho de 2011. A empresa se encontra em fase não operacional.

Informações trimestrais Consolidadas

Nas informações trimestrais consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado originado nas operações do Banco com os FIDCs. As participações de acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado das controladas estão sendo apresentadas de forma destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidado.

No processo de consolidação dos FIDCs, o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de “Outras Obrigações – Diversas”, líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito do Banco para os FIDCs foi eliminado integralmente como ajuste de rendas de operações de crédito.

Na rubrica “Rendas de Operações de Crédito”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento na rubrica “Operações de captação no mercado”. A receita auferida pelo Banco referente à valorização de suas cotas mantidas nos fundos, originalmente registrada na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, foi eliminada contra a rubrica “Operações de captação no mercado”, com o objetivo de anular seu efeito no custo de captação.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica “Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil”.

Empresas Controladas – Em 30 de setembro e 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as empresas controladas (direta e indiretamente) incluídas nas informações trimestrais consolidadas, apresentavam, resumidamente, as seguintes situações patrimoniais, as quais não contemplam as eliminações e reclassificações efetuadas nas informações trimestrais consolidadas:

Controladas	Direta						Indireta			
	Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.			Panamericana de Seguros S.A.			Panserv Prest. de Serviços Ltda	Panamericano Adm. de Consórcio Ltda		
	Setembro 2011	Junho 2011	Dezembro 2010	Setembro 2011	Junho 2011	Dezembro 2010	Setembro 2011	Setembro 2011	Junho 2011	Dezembro 2010
Ativo										
Circulante	131.703	145.097	163.198	45.317	59.250	60.177	94	2.608	4.052	2.923
Realizável a longo prazo	224.614	234.855	274.571	231.227	203.422	207.716	1.551	27.594	25.566	25.171
Permanente	1.473.439	1.602.877	1.797.427	16.529	38.708	38.636	-	141	141	111
Total do Ativo	1.829.756	1.982.829	2.235.196	293.073	301.380	306.529	1.645	30.343	29.759	28.205
Passivo										
Circulante	735.002	758.355	803.011	138.245	122.783	148.840	1.464	7.056	6.177	6.475
Exigível a longo prazo	983.741	1.088.838	1.326.246	29.441	26.685	23.589	-	9.440	10.872	9.891
Patrimônio líquido	111.013	135.636	105.939	125.387	151.912	134.100	181	13.847	12.710	11.839
Total do Passivo	1.829.756	1.982.829	2.235.196	293.073	301.380	306.529	1.645	30.343	29.759	28.205

Demonstração de Resultado	3º Trimestre/2011				2º Trimestre/2011		
	Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	Panamericana de Seguros S.A.	Panserv Prest. de Serviços Ltda	Panamericano Adm. Consórcio Ltda	Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	Panamericana de Seguros S.A.	Panamericano Adm. Consórcio Ltda
Resultado bruto da intermediação financeira	(23.421)	5.646	5	561	42.529	5.673	536
Outras receitas (despesas) operacionais	(18.810)	637	(1.634)	1.019	(13.303)	18.672	(329)
Resultado de equivalência patrimonial	242	911	-	-	32	121	-
Resultado não operacional	798	6.318	*	115	456	-	-
Imposto de Renda e Contribuição social	16.569	(5.036)	-	(542)	9.620	(9.718)	(54)
Lucro/Prejuízo	(24.622)	8.476	(1.629)	1.153	39.334	14.748	153

Demonstração de Resultado	Período findo em 30 de setembro de 2011			
	Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	Panamericana de Seguros S.A.	Panserv Prest. de Serviços Ltda	Panamericano Adm. Consórcio Ltda
Resultado bruto da intermediação financeira	23.861	16.324	5	1.613
Outras receitas (despesas) operacionais	(57.366)	18.455	(1.634)	1.094
Resultado de equivalência patrimonial	425	1.598	-	-
Resultado não operacional	1.881	9.091	-	124
Imposto de Renda e Contribuição social	36.274	(17.516)	-	(808)
Lucro/Prejuízo	5.075	27.952	(1.629)	2.023

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs) – Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanece sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e que o mesmo atende a outras condições para consolidação previstas no Ofício-Circular CVM nº 001/07, a administração do Banco consolidou as informações trimestrais dos FIDCs às informações trimestrais consolidadas.

Os FIDCs foram constituídos nos termos da regulamentação em vigor, destinados a investidores qualificados e possuem as seguintes características:

FIDC	Administrador	Tipo condomínio	Prazo de duração	Amortizações
Caixa CDC FIDC	Caixa Econômica Federal ("CAIXA")	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
Caixa Master CDC FIDC	Caixa Econômica Federal ("CAIXA")	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
FIDC F BP Financeiro	BEM DTVM Ltda.	Condomínio aberto	Indeterminado	Sem prazo inicial de carência para resgate das cotas seniores. Em caso de pedido de resgate de cotas, até às 14h, o pagamento será realizado no mesmo dia; contudo se não houver liquidez suficiente na data de pagamento, poderá ser proposto ao cotista sênior, pelo administrador, novo prazo para o resgate.

I. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs

O objetivo dos FIDCs é de adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas), do tipo Crédito Direto ao Consumidor – CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.

Conforme estabelecido nos regulamentos dos FIDCs, esses buscam, mas não garantem atingir rentabilidade de percentual da taxa DI, conforme demonstrado abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	108
Caixa Master CDC FIDC	112
FIDC F BP - Financeiro	SELIC + 2% a.a.

II. Participação no patrimônio e nos resultados dos FIDCs

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela Instrução CVM nº 393/03, a relação mínima admitida entre o patrimônio líquido dos FIDCs e o valor das cotas seniores está demonstrada abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	130
Caixa Master CDC FIDC (a)	130
FIDC F BP – Financeiro	80

(a) Em Assembleia Geral Extraordinária de cotistas, realizada em 16 de março de 2009, foi incluído no regulamento do fundo a permissão para que as cotas subordinadas possam ser divididas em classes especiais. A partir do mês de julho de 2009, o Banco Panamericano passou a subscrever apenas parte das cotas subordinadas. Em 30 de setembro de 2011, o Banco havia subscrito o montante de R\$ 796.563 de um total em R\$ 1.014.988 (em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, estes valores estavam compostos, respectivamente, por R\$ 832.435 de um total de R\$ 1.043.650 e R\$ 853.386 de um total de R\$ 1.052.147).

A diferença do patrimônio líquido dos FIDCs é representada pelas cotas subordinadas. Esta relação é apurada diariamente e informada aos cotistas mensalmente.

III. Natureza do envolvimento do Banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

Não há previsão de coobrigação do Banco nas cessões de direitos creditórios já realizadas e a realizar com o Caixa CDC FIDC e o Caixa Master CDC FIDC. O Banco subscreve e deve manter no mínimo 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se ocorrer, porventura, o desenquadramento, o Banco, na qualidade de cotista subordinado, quando notificado, tem a

possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de subordinação, da mesma forma que tem a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limita às cotas subordinadas já subscritas.

IV. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs.

Em 30 de setembro e 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o Banco havia cedido aos FIDCs operações de crédito, nos montantes de R\$ 600.054, R\$ 379.707 e R\$ 1.561.583, respectivamente, sem coobrigação. As operações de cessões de crédito geraram resultado no período findo em 30 de setembro de 2011, no Banco, nos montantes de R\$ 158.998 o qual foi integralmente reconhecido no resultado individual do período na rubrica “Rendas de Operações de Crédito” e eliminado no processo de consolidação das informações trimestrais.

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no Caixa CDC FIDC, no Caixa Master CDC FIDC e no FIDC F BP Financeiro, o Banco reconheceu no período findo em 30 de setembro de 2011, despesa de R\$ 179.501, registrado contabilmente na rubrica de “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, na demonstração de resultado individual e eliminado no processo de consolidação das informações trimestrais em função da desvalorização das cotas dos referidos fundos.

Em 30 de setembro e 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

	Caixa CDC FIDC			Caixa Master CDC FIDC			FIDC FBP Financeiro			FIDC FF
	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010	Multisegmentos (1) Dezembro/2010
Ativo										
Disponibilidades	57	5	30	1	3	420	1	1	1	1
Títulos públicos federais	4.784	90.358	19.902	49.858	279.261	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	36.669	68.139	1.444	1.067
Direitos creditórios	303.086	340.733	415.661	1.572.307	1.433.504	1.742.536	673.427	708.857	317.096	208.418
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(35.131)	(20.249)	(2.763)	(144.908)	(91.386)	(11.083)	(110.998)	(54.720)	(1.585)	(135.375)
Outros Valores	54	175	588	-	130	2.148	930	659	197	350
Total do Ativo	272.850	411.022	433.418	1.477.258	1.621.512	1.734.021	600.029	722.936	317.153	74.461
Passivo										
Outras Obrigações	251	546	299	754	1.066	22.207	227	153	48.956	30
Patrimônio Líquido	272.599	410.476	433.119	1.476.504	1.620.446	1.711.814	599.802	722.783	268.197	74.431
Cotas seniores	65.939	97.294	118.279	461.517	576.796	659.667	529.878	604.347	215.534	10.590
Cotas subordinadas	206.660	313.182	314.840	796.563	832.435	853.386	69.924	118.436	52.663	63.841
Cotas subordinadas – classe especial (*)	-	-	-	218.424	211.215	198.761	-	-	-	-
Total do Passivo	272.850	411.022	433.418	1.477.258	1.621.512	1.734.021	600.029	722.936	317.153	74.461

(*) Cotas de terceiros

(1) Fundo encerrado em 29 de junho de 2011, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data.

Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido para os períodos findos em 30 de setembro de 2011, 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

	Setembro/2011		Junho/2011		Dezembro/2010
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (1)	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (1)	Patrimônio Líquido
Panamericano individual	1.410.627	55.658	1.504.751	32.226	197.017
Efeitos da eliminação das cessões aos FIDCs:					
Lucro não realizado nas cessões	(446.968)	(11.933)	(408.775)	26.261	(435.035)
Registro das despesas de comissão s/créditos cedidos	125.982	1.360	122.346	(2.276)	124.622
Impostos diferidos (*)	140.925	8.379	126.959	(5.587)	132.546
Panamericano Consolidado	1.230.566	53.464	1.345.281	50.624	19.150

(*) Inclui PIS e COFINS sobre os lucros não realizados.

(1) Períodos findos em 30 de setembro e 30 de junho de 2011, respectivamente.

V. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs. Entretanto, as cotas subordinadas absorvem integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos até o limite destas.

VI. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs

Em 30 de setembro de 2011, o Banco e suas controladas são os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$ 1.073.147 (R\$1.264.053 e R\$1.284.730 em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, respectivamente), sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Consolidado para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco Panamericano.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços através dos índices pactuados.

As receitas de prêmios de seguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices como prêmios emitidos e diferidas pelo prazo de vigência das apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A.

Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros pendentes, que busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência relacionadas às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Estas são diferidas e apropriadas aos resultados mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis, e estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01 e Circular SUSEP nº 379/08, classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de ser ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados.
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap” e são avaliados de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizados em contas de ativo ou passivo, respectivamente e apropriados ao resultado como receita ou despesa “pro rata” até as datas dos balanços, em conformidade à Circular BACEN nº 3.082/02.

f) Operações de crédito e de arrendamento mercantil e provisão para crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

O resultado apurado nas cessões de operações de crédito é registrado no resultado do período, na data de realização destas operações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com co-obrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Bens não de uso próprio

São representados basicamente por bens recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados através da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

h) Despesas antecipadas

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período de geração dos benefícios futuros.

i) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

j) Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

l) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e está representado por gastos com

desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

m) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas. Os créditos tributários originados em períodos anteriores à legislação que elevou a alíquota da contribuição social para 15% nas empresas financeiras e do ramo segurador, foram registrados até o limite das obrigações tributárias consolidadas correspondentes.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período.

o) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata dia".

p) Práticas contábeis específicas da Panamericana de Seguros S.A.

Passivos por contratos de seguro (Provisões técnicas de seguros)

- **Provisões de prêmios não ganhos - PPNG**

A provisão de prêmios não ganhos é calculada com base nos prêmios retidos, de acordo com a Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções nº181/07, nº195/08 e nº204/09, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido.

A provisão de prêmios não ganhos – riscos vigentes mas não emitidos – é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 162/06 alterada pelas Resoluções nº181/07, nº195/08 e nº204/09 e Circular SUSEP nº282/05.

- **Provisão de sinistros a liquidar**

A provisão de sinistros a liquidar é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento dos avisos de sinistros até a data do balanço, líquida dos ajustes de cosseguros e resseguro cedidos. A provisão de sinistros a liquidar para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT ("Seguradora Líder").

- **Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR**

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, determinada pela Resolução CNSP nº 162/06 alterada pelas Resoluções CNSP 181/07, 195/08 e 204/09, é constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial. A provisão de IBNR para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

- **Provisão para insuficiência de prêmios – PIP**

A provisão para insuficiência de prêmios, determinada pela Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções CNSP nº 181/07, 195/08 e 204/09, é constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial. A aplicação dos critérios estabelecidos nesta nota não resultou em provisão a constituir.

- **Provisão complementar de prêmios – PCP**

A Provisão complementar de prêmios, determinada pela Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções CNSP nº 181/07, 195/08 e 204/09, é calculada “pro rara die”, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido. Seu valor é a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG constituída no mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não.

- **Teste de adequação de passivos**

A circular SUSEP nº 410, de 22 de dezembro de 2010, instituiu o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para fins de elaboração das informações trimestrais e definiu regras de procedimentos para a sua realização.

Segundo esta Circular, a Seguradora deve avaliar, a cada data-base, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor das provisões constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontadas as despesas de comercialização diferidas e ativos intangíveis está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, a deficiência deve ser reconhecida no resultado.

q) Práticas contábeis específicas da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.

- A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento dos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das cotas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.
- As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundo de investimento no qual os grupos ativos tem aplicações, e estão apresentadas no grupo “outras obrigações – diversas” do consolidado.

r) Passivos circulante e exigível a longo prazo

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até as datas dos balanços. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor nas datas dos balanços, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até as datas dos balanços.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº25, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas informações trimestrais, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas informações trimestrais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações trimestrais.

t) Uso de estimativas contábeis

A preparação das informações trimestrais exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (ii) amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado

Ativo	Setembro/2011					Total
	Financeiros (1)	Seguradora	Consórcios	Outros	Eliminações (2)	
Circulante	5.452.132	45.317	2.608	94	(2.696)	5.497.455
Realizável a Longo Prazo	7.108.453	231.227	27.594	1.551	(19.908)	7.348.917
Permanente	145.736	16.529	141	-	(139.233)	23.173
Total do Ativo	12.706.321	293.073	30.343	1.645	(161.837)	12.869.545

Passivo	Financeiros (1)	Seguradora	Consórcios	Outros	Eliminações (2)	Total
Circulante	6.560.567	138.245	7.056	1.464	(2.515)	6.704.817
Exigível a Longo Prazo	4.915.065	29.441	9.440	-	(19.908)	4.934.038
Resultado de Exercícios Futuros	90	-	-	-	-	90
Minoritários	33	-	-	-	1	34
Patrimônio Líquido	1.230.566	125.387	13.847	181	(139.415)	1.230.566
Total do Passivo	12.706.321	293.073	30.343	1.645	(161.837)	12.869.545

b) Demonstração do Resultado Consolidada

Demonstração do resultado	Período findo em 30 de setembro de 2011					
	Financeiros (1)	Seguradora	Consórcios	Outros	Eliminações (2)	Total
- Receitas da Intermediação Financeira	2.624.569	16.324	1.613	5	(1.617)	2.640.894
- Despesas da Intermediação Financeira	(1.898.454)	-	-	-	1.617	(1.896.837)
Resultado bruto da intermediação Financeira	726.115	16.324	1.613	5	-	744.057
- Outras receitas/despesas operacionais	(986.474)	18.456	1.094	(1.634)	-	(968.558)
- Resultado de equivalência patrimonial	26.749	1.598	-	-	(28.347)	-
- Resultado não operacional	(83.251)	9.091	124	-	-	(74.036)
- Provisão para IR e CSLL	370.326	(17.516)	(808)	-	-	352.002
- Participação minoritária	(1)	-	-	-	-	(1)
Lucro/Prejuízo do período	53.464	27.953	2.023	(1.629)	(28.347)	53.464

1. Representado pelas empresas: Banco Panamericano S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs;
2. Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		
	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010
Disponibilidades em moeda nacional	10.652	8.593	9.054
Disponibilidades em moeda estrangeira	251	109	168
Total de disponibilidades (caixa)	10.903	8.702	9.222
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (*)	652.096	686.507	379.037
Certificado de depósito bancário – CDB	-	-	6.071
Fundos de Renda Fixa	1.645	1.170	1.103
Total de caixa e equivalente de caixa	664.644	696.379	395.433

(*) Inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

Consolidado						2011		2010
	Ate 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Setembro	Junho	Dezembro
Aplicações no mercado aberto:								
Posição bancada								
• Letras financeiras do tesouro-LFT	-	-	-	-	-	-	262.191	65.025
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.998	-	-	-	-	13.998	-	108.851
• Letras do tesouro nacional-NTN	320.354	-	-	-	-	320.354	20.738	15.005
Subtotal	334.352	-	-	-	-	334.352	282.929	188.881
Posição Financiada								
• Letras financeiras do tesouro-LFT	50.001	-	-	-	-	50.001	-	-
• Letras do Tesouro Nacional-LTN	36.000	-	-	-	-	36.000	49.999	21.888
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	229.639	-	-	-	-	229.639	279.261	-
Subtotal	315.640	-	-	-	-	315.640	329.260	21.888
Aplicações em depósitos interfinanceiros:								
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.960	17.044	20.938	78.806	123.907	248.655	450.599	588.807
Total em 30 de Setembro de 2011	657.952	17.044	20.938	78.806	123.907	898.647	-	-
Total em 30 de Junho de 2011	810.906	63.134	20.164	33.358	135.226	-	1.062.788	-
Total em 31 de Dezembro de 2010	384.999	25.668	50.215	175.302	163.392	-	-	799.576

b) Receitas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Consolidado		
	3º Trimestre	2º Trimestre	Período findo em 30 de setembro de 2011
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas:			
- Posição Bancada	11.098	31.248	50.463
- Posição Financiada	11.092	7.377	18.753
Subtotal	22.190	38.625	69.216
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.917	13.575	36.037
Total (nota 7d)	31.107	52.200	105.253

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da Carteira

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 30 de setembro e 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Consolidado		
	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010
Carteira própria:			
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	10.330
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	427.986	229.108	381.321
Cotas de fundos de investimento (1)	69.118	100.697	31.358
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	277	273	266
Ações em companhias abertas	-	20.636	19.128
Subtotal	497.381	350.714	442.403
Vinculados a compromisso de recompra:			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	118.553	325.316	114.681
Subtotal	118.553	325.316	114.681
Vinculados à prestação de garantias (*):			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	485.251	462.983	-
Subtotal	485.251	462.983	-
Outras aplicações	22	33	33
Subtotal	22	33	33
Total de títulos e valores mobiliários	1.101.207	1.139.046	557.117
Instrumentos financeiros derivativos:			
Diferenciais a receber de “swap”	230.933	22.774	8.727
Total de instrumentos financeiros derivativos	230.933	22.774	8.727
Total geral	1.332.140	1.161.820	565.844

(*) Resolução CMN nº 3.398/06.

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento estão assim compostas:

	Consolidado		
	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI35 (i)	478	466	453
Outros fundos	68.640	100.231	30.905
Total	69.118	100.697	31.358

(i) Fundo administrado pela BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTVM.

Os fundos de investimentos e ações de companhias abertas estão classificadas no curto prazo.

b) Composição por Categorias e Prazos do Consolidado:

	Setembro/2011							Junho/2011		Dezembro/2010	
	Sem Vencido	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de Mercado Contábil	Valor de Custo atualizado	Marcação a Mercado	Valor Contábil	Marcação a mercado	Valor Contábil	Marcação a mercado
Títulos para Negociação:											
- Ações em companhia abertas	-	-	-	-	-	-	-	20.636	20.226	19.128	18.718
- Cotas de Fundos de investimento	68.640	-	-	-	68.640	68.640	-	100.231	-	30.905	-
Total Títulos para Negociação	68.640	-	-	-	68.640	68.640	-	120.867	20.226	50.033	-
Títulos disponíveis para venda:											
- Letras Financeiras do Tesouro-LFT	-	5	238.917	189.064	427.986	427.988	(2)	213.299	-	366.370	(1)
Vinculados a Oper.Compromissadas:											
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	83.079	35.474	118.553	118.551	2	325.316	(3)	114.681	6
Vinculados a prestação de garantias:											
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	259	9.271	475.721	485.251	485.260	(9)	462.983	(10)	-	-
- Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.330	-
- Outras aplicações	-	22	-	-	22	22	-	33	-	33	-
Total de Títulos Disponível p/venda	-	286	331.267	700.259	1.031.812	1.031.821	(9)	1.001.631	(13)	491.414	5
Títulos mantidos até o vencimento:											
- Cotas de Fundos de investimento	478	-	-	-	478	478	-	466	-	453	-
- Fundo do Desenvolvimento Social-FDS	277	-	-	-	277	277	-	273	-	266	-
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	-	-	-	15.809	-	14.951	-
Total mantidos até o vencimento	755	-	-	-	755	755	-	16.548	-	15.670	-
Total em 30 de Setembro de 2011	69.395	286	331.267	700.259	1.101.207	1.101.216	(9)	-	-	-	-
Total em 30 de Junho de 2011	121.606	33	241.942	775.465	-	-	-	1.139.046	20.213	-	-
Total em 31 de Dezembro de 2010	50.752	10.363	162.484	333.518	-	-	-	-	-	557.117	18.723

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA e BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).

c) Instrumentos Financeiros Derivativos:

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como hedge para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de hedge é apurado utilizando-se as informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de “swap”, foram utilizados o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “Instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “Resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Em 30 de setembro e 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Consolidado						
Instrumentos Derivativos	Setembro/2011		Junho/2011		Dezembro/2010	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Indexador:						
“Swap”						
- Diferencial a receber	230.933	230.933	22.774	22.774	8.727	8.727
- Diferencial a pagar	(16.890)	(16.890)	(437.037)	(437.037)	(452.913)	(452.913)
“Contratos Futuros”						
- Posição ativa	10	10	-	-	-	-
- Posição passiva	(251)	(251)	-	-	-	-
Total líquido	213.802	213.802	(414.263)	(414.263)	(444.186)	(444.186)

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo, passivo e compensação, segregados nas categorias indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil, a receber e a pagar. Todas as posições detidas são negociadas em balcão:

Consolidado													
Setembro/2011										Junho/2011		Dezembro/2010	
Indexador:	Valor Referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor de Mercado Contábil	Valor de Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Valor de Mercado Contábil	Marcação a Mercado	Valor de Mercado Contábil	Marcação a Mercado
“Swap”													
Posição ativa:	1.840.595	4.475	130	2.214	11.269	212.845	230.933	125.791	105.142	22.774	15.487	8.727	6.057
- CDI	1.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Prefixado	164.420	69	130	232	4.001	3.389	7.821	4.971	2.850	7.814	(246)	8.179	516
- Dolar	1.675.175	4.406	-	1.982	7.268	209.456	223.112	120.820	102.292	14.960	15.733	548	5.541
Posição passiva:	1.840.595	-	(34)	(50)	-	(16.806)	(16.890)	651	(17.541)	(437.037)	(82.295)	(452.913)	(137.826)
- Dolar	1.000	-	-	(11)	-	-	(11)	(1)	(10)	-	-	-	-
- Prefixado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(265.672)	(2.840)	(244.803)	(17.215)
- DI	164.420	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.196)	(3.440)	(1.441)	(2.850)
- DI	1.675.175	-	(34)	(39)	-	(16.806)	(16.879)	652	(17.531)	(169.169)	(76.015)	(206.669)	(117.761)
“Contratos Futuros”													
Posição ativa:	33.299	10	-	-	-	-	10	10	-	-	-	-	-
- DDI	10.883	10	-	-	-	-	10	10	-	-	-	-	-
- Dolar	13.155	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- DI1	9.261	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	33.299	(251)	-	-	-	-	(251)	(251)	-	-	-	-	-
- DDI	10.883	(91)	-	-	-	-	(91)	(91)	-	-	-	-	-
- Dolar	13.155	(145)	-	-	-	-	(145)	(145)	-	-	-	-	-
- DI1	9.261	(15)	-	-	-	-	(15)	(15)	-	-	-	-	-
Total a receber líquido em 30 de Setembro de 2011		4.234	96	2.164	11.269	196.039	213.802	126.201	87.601	-	-	-	-
Total a pagar líquido em 30 de Junho de 2011		(261.896)	(1.418)	(1.827)	(2.695)	(146.427)	-	-	-	(414.263)	(66.808)	-	-
Total a pagar líquido em 31 de Dezembro de 2010		(13.260)	(1.021)	(3.019)	(231.509)	(195.377)	-	-	-	-	-	(444.186)	(131.769)

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos está assim composto:

	Banco e Consolidado								
	3º Trimestre/2011			2º Trimestre/2011			Período findo em 30 de setembro de 2011		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	467.632	(40.973)	4 26.659	69.977	(182.145)	(112.168)	591.585	(407.777)	183.808
Contratos Futuros	8.034	(8.501)	(467)	-	-	-	8.034	(8.501)	(467)
Total	475.666	(49.474)	426.192	69.977	(182.145)	(112.168)	599.619	(416.278)	183.341

d) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários:

	3º Trimestre	2º Trimestre	Período findo em 30 de setembro de 2011
Títulos de Renda Fixa	29.888	29.407	74.366
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (nota 6b)	31.107	52.200	105.253
Títulos de Renda Variável	45	8.031	9.515
Total	61.040	89.638	189.134

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

As informações sobre a carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de operações de crédito, em 30 de setembro e 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	Consolidado					
	Setembro/2011		Junho/2011		Dezembro/2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	4.375.661	56,60	3.654.002	51,85	4.782.348	47,96
Operações de arrendamento mercantil (**)	789.001	10,21	886.272	12,58	1.058.576	10,62
Empréstimo em consignação	754.271	9,76	732.416	10,39	1.116.145	11,19
Financiamento a titulares de cartões de crédito (*)	529.471	6,85	519.598	7,37	671.363	6,73
Capital de giro	372.382	4,82	248.913	3,53	315.297	3,16
Direitos creditórios adquiridos	156.128	2,02	162.003	2,30	256.720	2,57
Renegociações	101.921	1,32	152.374	2,16	593.289	5,95
Conta garantida	28.192	0,36	86.317	1,23	310.483	3,11
Crédito pessoal	97.473	1,26	72.940	1,03	218.631	2,19
Títulos decontados	6.138	0,08	4.437	0,06	20.241	0,20
Cheque especial	256	-	1.127	0,02	12.483	0,13
Financiamento a titulares de cartões de crédito terceiros	-	-	-	-	67.383	0,68
Outros	52.632	0,68	14.258	0,20	3.234	0,03
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil	7.263.526	93,96	6.534.657	92,72	9.426.193	94,52
Outros créditos	467.536	6,04	513.022	7,28	546.848	5,48
Total	7.731.062	100,00	7.047.679	100,00	9.973.041	100,00

(*) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard.

(**) Registrado a valor presente.

b) Composição da carteira por rating e prazo de vencimento:

	Consolidado									
	Vencidos	A vencer						2011		2010
	Vencidos a mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em Setembro	Total em Junho	Total em Dezembro
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	106.339
A	8.460	747.784	134.710	167.083	432.107	757.263	3.333.928	5.581.335	5.112.099	7.458.390
B	59.314	30.816	13.242	10.820	62.595	73.399	217.790	467.976	343.537	465.552
C	80.534	26.036	9.447	10.133	27.698	50.505	212.658	417.011	295.790	487.146
D	71.840	15.225	4.664	6.998	14.251	26.311	97.314	236.603	260.541	251.150
E	72.243	8.026	2.537	2.761	8.065	15.186	65.279	174.097	193.933	179.486
F	69.795	5.959	1.937	2.186	6.396	12.244	58.463	156.980	170.786	127.986
G	68.599	4.818	1.701	1.812	5.201	9.563	35.953	127.647	129.137	105.756
H	374.262	18.806	7.076	7.768	21.836	38.699	100.966	569.413	541.856	791.236
Total em 30 de Setembro de 2011	805.047	857.470	175.314	209.561	578.149	983.170	4.122.351	7.731.062	-	-
Total em 30 de Junho de 2011	763.575	880.785	169.725	223.073	507.463	909.938	3.593.120	-	7.047.679	-
Total em 31 de Dezembro de 2010	1.017.807	1.031.557	299.436	294.577	883.138	1.273.793	5.172.733	-	-	9.973.041

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco e provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Nível	Consolidado								
	2011			2011				2010	
	Provisão Requerida%	A vencer	Vencidos (*)	Total em Setembro		Total em Junho		Total em Dezembro	
				Total	Provisão	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-	-	-	106.339	-
A	0,50	5.572.875	8.460	5.581.335	50.165	5.112.099	26.070	7.458.390	37.292
B	1,00	408.662	59.314	467.976	9.827	343.537	4.951	465.552	4.655
C	3,00	336.477	80.534	417.011	33.361	295.790	11.435	487.146	14.614
D	10,00	164.763	71.840	236.603	59.151	260.541	27.745	251.150	25.116
E	30,00	101.854	72.243	174.097	78.343	193.933	61.470	179.486	53.845
F	50,00	87.185	69.795	156.980	94.188	170.786	112.696	127.986	63.993
G	70,00	59.048	68.599	127.647	102.117	129.137	111.433	105.756	86.296
H	100,00	195.151	374.262	569.413	569.413	541.856	541.856	791.236	791.236
Total em 30 de Setembro de 2011		6.926.015	805.047	7.731.062	996.565	-	-	-	-
Total em 30 de Junho de 2011		6.284.104	763.575	-	-	7.047.679	897.656	-	-
Total em 31 de Dezembro de 2010		8.955.234	1.017.807	-	-	-	-	9.973.041	1.077.047
% sobre total de risco					12,89%		12,74%		10,80%

(*) inclui operações vencidas a mais de 14 dias.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Consolidado					
Período findo em 30 de setembro de 2011					
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do período	1.077.047	-	118.430	15.856	1.211.333
- Saldo oriundo de crédito que retornaram para a carteira do Banco	149.252	-	-	-	149.252
- Constituição/reversão de provisão	752.487	113.600	83.976	(2.976)	947.087
- Baixas contra a provisão	(982.221)	-	-	-	(982.221)
Saldo do fim do período	996.565	113.600	202.406	12.880	1.325.451
- Créditos recuperados (4) (5)	64.370	-	-	-	64.370
- Efeito no resultado (6)	(688.117)	(113.600)	(83.976)	2.976	(882.717)

(1) Inclui outros créditos com características de operação de crédito;

(2) Constituída para fazer frente a riscos adicionais da carteira de crédito, de acordo com a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de crédito;

(3) Classificada em outras obrigações – diversas;

(4) No período findo em 30 de setembro de 2011, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 64.370 (sendo R\$ 59.625 de recuperação de crédito do Banco e R\$ 4.745 de recuperação de operação de arrendamento mercantil). A carteira de crédito renegociado totaliza R\$ 101.921 (R\$ 152.374 em 30 de junho de 2011 e R\$ 593.289 em 31 de dezembro de 2010);

(5) Contabilizado em Rendas de Operações de Crédito;

(6) Despesa de provisão constituída menos receita de créditos recuperados.

e) Classificação por Setor de Atividade:

Consolidado						
Setor de atividade	Setembro/2011		Junho/2011		Dezembro/2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	6.918.101	89,48	6.335.788	89,90	8.751.013	87,75
Agroindústria	59.291	0,67	26.069	0,37	51.248	0,51
Açúcar e Etanol	40.361	0,52	12.199	0,17	45.601	0,46
Agronegócio e Proteína Animal	18.930	0,15	13.870	0,20	5.647	0,05
Comércio	345.484	4,47	350.031	4,97	515.172	5,16
Atacado e Varejo	345.484	4,47	350.031	4,97	515.172	5,16
Indústrias de Base	125.721	0,96	101.540	1,44	94.757	0,95
Autopeças	9.209	0,06	6.432	0,09	16.894	0,17
Indústria Química	45.447	0,26	13.283	0,19	11.156	0,11
Óleo e Gás	2.628	0,04	31.688	0,45	36.243	0,36
Outras Indústrias	59.984	0,49	38.119	0,54	15.513	0,16
Papel e Celulose	8.453	0,11	12.018	0,17	14.951	0,15
Serviços	282.465	4,42	234.251	3,32	560.851	5,63
Construção e Incorporação	63.693	0,55	1.496	0,02	3.642	0,04
Financeiros	14.931	0,02	1.526	0,02	1.817	0,02
Locação de veículos	4.087	0,05	4.527	0,06	18.835	0,19
Mídia, TI e Telecom	16.276	0,11	21.947	0,31	36.898	0,37
Outros Serviços	47.272	1,93	55.894	0,79	359.811	3,61
Saúde, Segurança e Educação	640	0,01	2.843	0,04	6.061	0,06
Transporte e Logística	13.255	0,06	6.113	0,09	6.258	0,06
Utilitários	122.311	1,69	139.905	1,99	127.529	1,28
Total geral	7.731.062	100,00	7.047.679	100,00	9.973.041	100,00

f) **Concentração das operações de crédito:**

Consolidado						
Maiores Devedores	2011				2010	
	Setembro	%	Junho	%	Dezembro	%
10 maiores devedores	314.969	4,07	355.705	5,05	443.784	4,45
50 seguintes maiores devedores	298.766	3,86	174.080	2,47	400.413	4,01
100 seguintes maiores devedores	44.028	0,57	36.166	0,51	113.511	1,14
Demais devedores	7.073.299	91,50	6.481.728	91,97	9.015.333	90,40
Total	7.731.062	100,00	7.047.679	100,00	9.973.041	100,00

g) **Cessões de Crédito:**

No período findo em 30 de setembro de 2011, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras e com FIDCs, conforme demonstra-se a seguir. Os contratos e parcelas de contratos objeto de cessões referem-se a empréstimos consignado e financiamentos de veículos.

	Consolidado				
	Setembro/2011		Resultado		Período findo em 30 de setembro de 2011
	Valor da cessão	Valor presente	3º Trimestre 2011	2º Trimestre 2011	
Com coobrigação					
Credito direto ao consumidor	485.872	401.752	-	-	84.120
Subtotal	485.872	401.752	-	-	84.120
Sem coobrigação					
Credito direto ao consumidor	3.778.564	3.204.570	51.161	28.997	573.994
Empréstimo em consignação	1.185.320	964.059	52.289	100.860	221.261
Conta garantida e capital de giro	141.407	139.627	-	-	1.780
Subtotal	5.105.291	4.308.256	103.450	129.857	797.035
Total (1)	5.591.163	4.710.008	103.450	129.857	881.155

(1) Inclui cessões de crédito para o FGC – Fundo Garantidor de Créditos, sem coobrigação, em 31 de janeiro e 31 de março de 2011, nos montantes de R\$ 2,5 bilhões e R\$ 1,0 bilhão, respectivamente, sem coobrigação

• **Cessões com coobrigação**

As responsabilidades por créditos cedidos com coobrigação montam a R\$ 2.725.090 (R\$3.094.971 em 30 de junho de 2011 e R\$ 3.327.390 em 31 de dezembro de 2010), apurado pelo valor presente através das taxas dos contratos.

O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito monta a R\$ 3.179.706 (R\$ 3.672.907 em 30 de junho de 2011 e R\$ 3.972.159 em 31 de dezembro de 2010), para as quais foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 202.406 (R\$ 168.263 em 30 de junho de 2011 e R\$ 118.430 em 31 de dezembro de 2010), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas e registrada na rubrica “Outras Obrigações Diversas” (ver nota explicativa nº 18b).

O resultado com cessões de crédito com coobrigação nos nove meses findo em 30 de setembro de 2011 montou R\$ 84.120 e está registrado na rubrica “Rendas de Operações de Crédito”, referindo-se a contratos de financiamento de veículos.

h) Rendas de Operações de Crédito:

	Consolidado		
	2011		
	3º Trimestre	2º Trimestre	Período findo em 30 de setembro de 2011
Lucros nas cessões de crédito – Crédito direto ao consumidor	50.487	25.899	654.342
Lucros nas cessões de crédito – Empréstimos em consignação	52.289	100.860	221.261
Lucros nas cessões de crédito – Conta garantida e giro	-	-	1.780
Cartão de crédito	77.051	87.222	249.240
Crédito direto ao consumidor	261.422	173.270	616.104
Empréstimos em consignação	43.069	55.039	141.244
Crédito pessoal	7.621	(1.819)	81.819
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	19.278	23.410	64.370
Conta garantida	3.448	4.858	22.119
Renegociações	750	760	8.907
Outras	18.363	15.885	52.089
Total	533.778	485.384	2.113.275

9) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS (*)

	Consolidado		
	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010
Créditos tributários (Nota 30b)	2.277.260	1.885.763	1.759.805
Valores a receber por cessão de créditos (a)	857.748	955.685	189.296
Títulos e créditos a receber (b)	467.620	513.022	546.848
Imposto de renda a compensar	78.937	71.885	49.360
Depósitos Judiciais e fiscais	55.514	44.161	38.551
Cartões de Crédito (c)	25.085	26.467	15.369
Valores a rec.de empréstimos consignados (d)	20.063	26.370	19.614
Valores a receber de sociedades ligadas	756	-	118.345
Valores a receber de bens leiloados	7.972	281	1.433
Valores a receber c/vendas de direitos creditórios s/oper.de arrendto. Merc. (e)	48.066	61.256	91.090
Outros	204.681	193.781	133.735
Total	4.043.702	3.778.671	2.963.446

(*) Inclui títulos e créditos a receber

- a) Inclui cessão de crédito, sem coobrigação, realizada com a Caixa Econômica Federal em 30 de setembro de 2011, cujo valor em aberto a ser recebido monta a R\$ 679.762;
- b) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito com característica de concessão de crédito;
- c) Refere-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas, mas ainda não venceram;
- d) Refere-se a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vem sendo negociados pelo Banco, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 30 de setembro de 2011 é R\$ 12.880 (R\$ 12.721 em 30 de junho de 2011 e R\$ 15.856 em 31 de dezembro de 2010); e
- e) Refere-se a valores a receber oriundos da venda de direitos creditórios de operações de arrendamento mercantil.

10) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio/outros

	Consolidado				
	Custo	Provisão para perdas	Valor residual		
			2011		2010
30 de Setembro			30 de Junho	31 de Dezembro	
Veículos	69.311	(41.090)	28.221	42.740	69.476
Veículos em regime especial	61.807	(45.017)	16.790	11.847	10.668
Outros	589	(437)	152	152	154
Total dos bens não de uso próprio	131.707	(86.544)	45.163	54.739	80.298
Outros bens	1.310	-	1.310	1.711	1.507
Total em 30 de Setembro de 2011	133.017	(86.544)	46.473	-	-
Total em 30 de Junho de 2011	152.865	(96.415)	-	56.450	-
Total em 31 de Dezembro de 2010	207.837	(126.032)	-	-	81.805

b) Despesas antecipadas

	Consolidado		
	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010
Comissões pagas a lojistas e promotoras	296.349	253.118	320.328
Gastos na emissão de títulos no exterior	17.921	19.120	22.268
Despesas de comercialização da Seguradora	712	1.244	3.058
Outras despesas antecipadas	-	-	2.502
Total	314.982	273.482	348.156

11) INVESTIMENTOS

a) Controladas e Coligadas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)			Participação consolidada no capital social	Lucro líquido ajustado	Saldo dos Investimentos			Ajuste decorrente de avaliação (2)		
			ON	PN	Cotas			Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010	3º Trimestre	2º Trimestre	Período findo em 30 de setembro de 2011
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. (1)(3)	141.521	111.013	11	-	-	99,97%	5.075	110.980	135.595	105.908	(24.615)	39.322	5.073
Panamericana de Seguros S.A. (1)(3)(5)	71.256	125.387	339.207	106	4	99,99%	26.289	125.387	150.020	132.430	10.365	14.565	27.954
Panserv (1)(4)(6)	500	(1.129)	-	-	500	100,00%	(1.630)	(1.129)	-	-	(1.630)	-	(1.630)
Total							29.734	235.238	285.615	238.338	(15.880)	53.887	31.397

(1) Dados relativos a 30 de setembro de 2011;

(2) Ajuste decorrente de avaliação, considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(3) Empresas que tiveram suas informações financeiras do período findo em 30 de setembro de 2011 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco Panamericano;

(4) Empresa constituída em 15 de junho de 2011;

(5) Em 27 de maio de 2011 a BF Utilidades Domésticas Ltda vendeu para o Banco Panamericano 67.259 ações ordinárias e 24.712 ações preferenciais da Panamericana de Seguros S.A.. O processo foi aprovado pela SUSEP em 09 de agosto de 2011;

(6) Controlada classificada na rubrica "Passivo a Descoberto".

b) Outros Investimentos

	Consolidado		
	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010
Incentivos fiscais	261	261	261
Títulos patrimoniais	380	380	380
Ações e cotas	304	304	304
Outros	81	74	276
Total	1.026	1.019	1.221

12) IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Consolidado	Taxa Anual	Custo	Depreciação	Valor residual		
				2011		2010
				Setembro	Junho	Dezembro
Imóveis de uso	4%	5.222	(291)	4.931	28.006	28.428
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	15.592	(11.844)	3.748	3.884	4.048
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.745	(1.629)	116	126	122
Sistemas de processamento de dados	20%	20.379	(16.829)	3.550	3.805	4.389
Sistemas de transportes	20%	353	(248)	105	118	143
Outras imobilizações	-	94	(1)	93	95	170
Total em 30 de Setembro de 2011		43.385	(30.842)	12.543	-	-
Total em 30 de Junho de 2011		67.884	(31.850)	-	36.034	-
Total em 31 de Dezembro de 2010		68.664	(31.364)	-	-	37.300

13) INTANGIVEL

a) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Consolidado	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual		
				2011		2010
				Setembro	Junho	Dezembro
Gastos c/Desenv. e Logiciais	20% a 50%	15.738	(7.722)	8.016	7.052	5.840
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	2.748	(1.165)	1.583	1.738	1.906
Outros	10%	22	(17)	5	4	5
Total em 30 de Setembro de 2011		18.508	(8.904)	9.604	-	-
Total em 30 de Junho de 2011		17.571	(8.777)	-	8.794	-
Total em 31 de Dezembro de 2010		15.387	(7.636)	-	-	7.751

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

Consolidado	Gastos c/ Desenv.e Logiciais	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.840	1.906	5	7.751
Adições/Baixas	3.695	(109)	-	3.586
Amortização do período	(1.519)	(213)	(1)	(1.733)
Saldo em 30 de setembro de 2011	8.016	1.584	4	9.604

14) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos

Consolidado					2011		2010
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Setembro	Junho	Dezembro
• Depósitos à vista (1)	34.362	-	-	-	34.362	41.353	43.234
• Depósitos interfinanceiros	524.065	1.092.323	2.290	23.881	1.642.559	136.163	816.863
• Depósitos a prazo	489.901	693.928	302.436	1.739.393	3.225.658	3.341.574	4.725.711
Total em 30 de Setembro de 2011	1.048.328	1.786.251	304.726	1.763.274	4.902.579	-	-
Total em 30 de Junho de 2011	134.088	1.295.167	280.591	1.809.244	-	3.519.090	-
Total em 31 de Dezembro de 2010	390.021	1.496.355	1.380.794	2.318.638	-	-	5.585.808

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro.

b) Captações no mercado aberto

Consolidado			2011		2010
	Até 30 dias	Acima de 360 dias	Setembro	Junho	Dezembro
Carteira Própria	-	102.202	102.202	234.166	114.530
• Letras financeiras do tesouro-LFT	-	102.202	102.202	234.166	114.530
Carteira de Terceiros	260.998	-	260.998	49.999	2.001
• Letras financeiras do tesouro-LFT	50.001	-	50.001	-	-
• Letras do Tesouro Nacional-LTN	36.000	-	36.000	49.999	2.001
• Notas do Tesouro Nacional-NTN	174.997	-	174.997	-	-
Total em 30 de Setembro de 2011	260.998	102.202	363.200	-	-
Total em 30 de Junho de 2011	166.995	117.170	-	284.165	-
Total em 31 de Dezembro de 2010	2.001	114.530	-	-	116.531

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Consolidado				2011		2010
	31 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Setembro	Junho	Dezembro
Títulos e Valores Mobiliários – país	-	-	229.037	229.037	5.714	-
• Letras Financeiras	-	-	229.037	229.037	5.714	-
• Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	3.710	447	-	4.157	-	-
Subtotal	3.710	447	229.037	233.194	5.714	-
Títulos e Valores Mobiliários – exterior (1)	-	-	-	-	-	-
• Euro Medium-Term Notes	11.056	4.579	902.032	917.667	779.050	849.079
Subtotal	11.056	4.579	902.032	917.667	779.050	849.079
Total em 30 de Setembro de 2011	14.766	5.026	1.131.069	1.150.861	-	-
Total em 30 de Junho de 2011	10.446	3.886	770.432	-	784.764	-
Total em 31 de Dezembro de 2010	11.379	4.600	833.100	-	-	849.79

(1) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Em 22 de fevereiro de 2006, o Banco lançou um programa de captação de recursos no exterior cujo total foi de US\$ 500.000 mil através da emissão de “Euro Medium-Term Notes”, dos quais US\$ 200.000 mil em 26 de outubro de 2009 e US\$ 300.000 mil em 04 de agosto de 2010.

O Banco cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores das notas sênior com vencimentos em 26 de outubro de 2012 e 04 de agosto de 2015, cujas emissões totalizavam, respectivamente, US\$ 200 milhões e US\$ 300 milhões, a opção de resgatar antecipadamente as referidas notas pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pode ser exercida entre os dias 27 de junho e 12 de julho de 2011, e teve a adesão de notas com valor total de principal de US\$ 900 mil na emissão com vencimento em 2012 e US\$ 11,4 milhões na emissão com vencimento em 2012. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27 de julho de 2011.

A seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Tranche US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	Consolidado		
			Setembro/2011 (1)	Junho/2011 (1)	Dezembro/2010
199.100	7,000% a.a.	26/10/2012	377.837	316.106	337.840
288.638	5,500% a.a.	04/08/2015	539.830	462.944	511.239
Total			917.667	779.050	849.079

(1) O ajuste de marcação a mercado das captações no exterior foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 2.429, no período findo em 30 de setembro de 2011 e uma receita de R\$ 15.832 em 30 de junho de 2011.

d) Despesas de Depósitos, Captações no Mercado aberto, Recursos de emissão de Títulos e Dívidas Subordinadas:

	Consolidado		
	3º Trimestre/2011	2º Trimestre/2011	Período findo em 30 de setembro de 2011
Depósitos a prazo	117.214	127.060	388.137
Títulos e valores mobiliários no exterior	382.079	51.554	450.061
Depósitos interfinanceiros	26.196	7.410	57.623
Operações compromissadas	17.255	11.301	33.730
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	4.724	5.753	16.475
Despesas de letras financeiras	3.323	46	3.369
Despesas de Letras de Credito do Agronegocio	19		19
Marcação a Mercado de captações no exterior	46.633	19.678	44.570
Variação cambial positiva	(48.010)	(91.575)	(181.773)
Despesas de captação através de FIDCs	91.864	(18.058)	117.590
Encargos sobre obrigação por venda de direitos creditórios de arrendamento mercantil	3.603	6.447	19.929
Total	644.900	119.616	949.730

15) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CORRESPONDENTES NO PAÍS

Referem-se a recebimentos antecipados de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pela taxa das operações de cessão de crédito.

	Consolidado		
	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010
Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal	773.429	1.130.496	1.594.853
Total	773.429	1.130.496	1.594.853

16) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Segue abaixo a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação (US\$)	Moeda	Remuneração	Consolidado		
					Setembro 2011 (1)	Junho 2011 (1)	Dezembro 2010
No Exterior:							
2016	10	50.000	US\$	Taxa de 11,00% a.a.	-	81.986	87.586
2016	10	75.000	US\$	Taxa de 11,00% a.a.	-	122.954	131.380
2020	10	500.000	US\$	Taxa de 8,50% a.a.	985.067	783.020	847.066
Total					985.067	987.960	1.066.032

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas, foi contabilizada em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 23.496, no período findo em 30 de setembro de 2011 e R\$ 9.735 em 30 de junho de 2011.

As dívidas subordinadas relacionadas às tranches com vencimento em 18 de julho de 2016 foram canceladas em razão do resgate total antecipado efetuado pelo Banco Panamericano em 18 de julho de 2011.

17) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Obrigações legais:

Referem-se à provisão para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e para o Programa de Integração Social – PIS no montante de R\$ 520.274 (R\$ 492.837 em 30 de junho de 2011 e R\$ 420.751 em 31 de dezembro de 2010) no Consolidado, que vem sendo questionadas judicialmente e encontram-se amparados por sentença favorável de primeira instância. O Banco e suas controladas estão questionando essas contribuições na forma da Lei nº 9.718/98 e, segundo seus assessores jurídicos, as chances de êxito são possíveis.

b) Provisão para Contingências:

O Banco e suas controladas estão envolvidos em processos de naturezas cíveis e trabalhistas, representados por ações de danos morais e reclamações trabalhistas diversas. As respectivas provisões são constituídas conforme os critérios descritos na nota explicativa nº 3, que leva em consideração as avaliações e posicionamentos dos assessores jurídicos que patrocinam as ações.

I - Provisões segregadas por natureza

	Consolidado		
	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010
Processos cíveis	131.390	91.960	83.383
Processos tributários	22.934	23.319	22.659
Processos trabalhistas	20.572	9.541	7.409
Subtotal (1)	174.896	124.820	113.451
Provisão para riscos fiscais (2)	520.274	492.837	420.751
Total	695.170	617.657	534.202

(1) Nota 18b; e

(2) Classificados na rubrica "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias" (Nota 18a).

II - Movimentação das provisões

Consolidado	Período findo em 30 de setembro de 2011					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais	Total
Saldo no início do período	7.409	83.383	22.659	113.451	420.751	534.202
Constituições líquidas de reversões e baixas	13.163	48.007	275	61.445	99.523	160.968
Saldo no fim do período	20.572	131.390	22.934	174.896	520.274	695.170

III – As ações em aberto possuem as seguintes classificações de risco:

Consolidado					
Classificação de risco	Setembro/2011			Junho/2011	Dezembro/2010
	Quantidade de processos	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado	Valor provisionado
Perda provável:					
Trabalhistas	365	65.913	20.562	9.536	6.126
Cíveis	33.246	752.374	127.646	91.960	19.737
Tributárias	71	16.887	12.444	12.829	12.691
Subtotal	33.682	835.174	160.652	114.325	38.554
Perda possível:					
Trabalhistas	-	-	-	-	1.284
Cíveis	318	6.878	3.744	-	63.645
Tributárias	84	20.980	10.490	10.490	9.968
Subtotal	402	27.858	14.234	10.490	74.897
Perda remota:					
Trabalhistas	59	3.757	10	5	-
Cíveis	24.845	318.120	-	-	-
Subtotal	24.904	321.877	10	5	-
Total	58.988	1.184.909	174.896	124.820	113.451

Não existem em curso outros processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou que possam gerar o pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado do Banco ou das empresas controladas.

18) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Consolidado		
	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010
Provisão para riscos fiscais (nota 17a)	520.274	492.837	420.751
Parcelamento Refis – Lei nº 11.941/2009 (1)	42.399	43.288	39.435
Provisão para imposto de renda diferido (nota 30e)	264.849	230.550	204.989
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	7.734	7.350	8.571
Impostos e contribuições sobre salários	838	2.093	450
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	548	1.773	417
ISS – Impostos sobre serviços a recolher	2.255	2.290	1.811
Cofins a recolher	1.636	1.416	994
PIS a recolher	280	234	168
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	19.761	13.216	-
Outros	52	47	2.021
Total	860.626	795.094	679.607

(1) O Banco Panamericano e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária. Considerando os termos e vantagens oferecidas pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, optou-se pela desistência de diversos processos movidos pelo Banco e controladas, assumindo débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os principais processos que fazem parte do programa de anistia são: (i) Contribuição Previdenciária parte empresa, sobre pagamentos à pessoa física; (ii) Exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSLL; (iii) IRPJ decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal – FINOR; e (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL.

Em 30 de setembro de 2011, 30 junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os débitos foram consolidados junto à Receita Federal do Brasil e após apropriação das antecipações efetuadas apresenta a seguinte composição:

	Consolidado		
	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010
Débitos previdenciários	36.551	37.249	33.396
Demais débitos	5.848	6.039	6.039
Total	42.399	43.288	39.435

b) Diversas

	Consolidado		
	Setembro 2011	Junho 2011	Dezembro 2010
Captação de recursos FIDCs	1.276.829	1.490.760	1.140.273
Valores a pagar a estabelec. ref. compras c/ cartões de crédito	421.718	452.111	523.191
Provisão p/ créditos cedidos de liquidação duvidosa (veja nota nº8d)	202.406	168.263	118.430
Provisão para passivos contingentes(Nota 17b)	174.896	124.820	113.451
Valores a pagar a sociedades ligadas	5.995	149	231.702
Valores a pagar a lojistas	40.536	42.833	29.917
Provisão para pagamentos a efetuar	40.585	29.951	26.147
Arrecadação de cobrança	35.550	24.878	44.585
Cheques administrativos	81	47	584
Obrig. por Op. venda ou transf. Financ. Arrend. Mercantil	70.053	140.087	334.972
Depósitos de terceiros	50	49	86
Valores específicos de consórcio	7.927	8.359	8.799
Outros	148.159	117.670	73.174
Total	2.424.785	2.599.977	2.645.311

19) PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS E RESSEGUROS - CONSOLIDADO

As provisões técnicas – seguros e resseguros apresentam a seguinte composição:

a) Provisões de prêmios não ganhos

	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010
Acidentes pessoais coletivos	32.222	32.093	28.832
Desemprego/Perda de renda	19.060	11.176	-
Rendas de eventos aleatórios	2.818	3.295	3.761
Prestamistas	-	758	46.123
Vida em grupo	-	-	4.276
Total	54.100	47.322	82.992

b) Sinistros a liquidar

	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010
Acidentes pessoais coletivos	5.109	4.369	3.824
Vida em grupo	1.814	2.610	2.182
Rendas de eventos aleatórios	1.235	1.216	1.239
Prestamistas	486	1.139	1.737
Desemprego/Perda de renda	217	61	-
Outros	15	15	15
Subtotal	8.876	9.410	8.997
DPVAT	20.034	21.094	24.008
Total	28.910	30.504	33.005

Do montante de R\$ 8.876 (R\$ 9.410 em 30 de junho de 2011 e R\$ 8.997 em 31 de dezembro de 2010), o valor de R\$ 3.414 (R\$ 3.218 em 30 de junho de 2011 e R\$ 2.965 em dezembro de 2010) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Risco	Setembro/2011			Junho/2011	Dezembro/2010
	Quantidade de processos	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Valor provisionado	Valor provisionado
Perda provável	366	3.414	3.414	3.218	161
Perda possível	-	-	-	-	2.702
Perda remota	-	-	-	-	102
Total	366	3.414	3.414	3.218	2.965

c) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados

	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010
Prestamistas	10.369	9.060	3.251
Vida em grupo	8.926	8.364	480
DPVAT	10.057	8.116	1.534
Acidentes pessoais coletivos	1.293	1.558	4.829
Desemprego/Perda de renda	663	786	-
Rendas de eventos aleatórios	63	224	263
Resseguros	6	35	-
Total	31.377	28.143	10.357

d) Outras provisões

	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010
Vida em grupo	350	351	88
Acidentes pessoais coletivos	-	-	2.329
DPVAT	225	120	59
Prestamistas	168	168	456
Rendas de eventos aleatórios	-	-	99
Outras Provisões Técnicas de Previdência Complementar	383	94	86
Total	1.126	733	3.117

Total das provisões técnicas – seguros, resseguros e previdência complementar	115.513	106.702	129.471
--	----------------	----------------	----------------

20) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Composição do capital social em quantidade de ações:**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 30 de setembro e 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 1.108.091, e está dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal demonstrados a seguir:

	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010
Ordinárias	131.881.028	131.881.028	131.881.028
Preferenciais	112.462.912	112.462.912	112.462.912
Total	244.343.940	244.343.940	244.343.940

b) Reservas de lucros:

Reserva legal – Nos termos do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária – Nos termos do estatuto social, o saldo remanescente de lucros acumulados deve ser destinado a esta reserva estatutária, com a finalidade de ser incorporada futuramente ao capital social.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, atualizada pela Lei 11.638.

Em reunião realizada em 27 de abril de 2011, o Conselho de Administração do Banco aprovou, por unanimidade, o cancelamento de distribuição dos juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2010 no valor bruto de R\$6.000, que seriam pagos até 30 de abril de 2011.

O cancelamento da distribuição do JCP se justifica tendo em vista que: (i) foram verificadas, conforme divulgado no Fato Relevante publicado em 09 de novembro de 2010, que as informações trimestrais até então publicadas, incluindo as informações trimestrais de 30 de junho de 2010, base da deliberação dos JCP, estavam definitivamente comprometidas em sua missão de prestar informações de qualidade e fidedignidade consoante aos princípios contábeis e, portanto, não refletiam a real

situação patrimonial do Banco à época, tendo inclusive sido identificadas posteriormente perdas que somadas chegam à ordem de aproximadamente R\$ 4.300.000; e (ii) as informações trimestrais individuais e consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2010 e 30 de novembro de 2010, naquele momento as únicas informações trimestrais fidedignas da Instituição, apontam a inexistência de lucro líquido, o que impossibilita o pagamento de JCP, de acordo com a legislação em vigor.

d) Depósito de Acionista:

Em 31 de janeiro de 2011, mediante operação financeira complementar, que contou com o conhecimento do BACEN e com o apoio financeiro do FGC – Fundo Garantidor de Crédito, o então acionista controlador (Grupo Silvio Santos) aportou o valor de R\$ 1.300.000 no Banco Panamericano S.A. para assumir os prejuízos decorrentes das irregularidades contábeis adicionais, divulgados nas informações trimestrais de 31 de dezembro de 2010 do banco. O objetivo deste aporte foi reforçar o equilíbrio patrimonial e a liquidez operacional do Banco.

e) Ajustes de Exercícios Anteriores:

Durante o exercício de 2011 foram contabilizados valores a título de ajuste de exercícios anteriores, conforme segue:

	Setembro de 2011
- Baixa de contas transitórias (1)	50.789
- Ajuste do passivo de liquidação antecipada em operações de cessões de crédito (2)	195.935
- Subtotal	246.724
- Efeitos tributários	(98.690)
- Ajuste de exercícios anteriores	148.034

- (1) Refere-se a baixa de contas transitórias ativas e passivas, pendentes a mais de 180 dias, efetuada no 2º trimestre de 2011; e
- (2) No 3º trimestre de 2011, o Banco alterou sua política contábil relativa aos valores recebidos antecipadamente de clientes cujos créditos haviam sido cedidos a outras instituições financeiras. Até o 2º trimestre, essas antecipações eram atualizadas pelas taxas de contratação dessas operações, pela expectativa do Banco em ceder novas operações de créditos aos cessionários em troca dessas dívidas. Todavia, a maioria dos passivos de liquidação antecipada estava sendo quitada em espécie pelo Banco, sendo assim atualizados pelas taxas pactuadas nas operações de cessão de crédito. Dessa forma, o Banco decidiu passar a atualizar todos os passivos pelas taxas das operações de cessão de crédito para demonstrar a efetiva obrigação do Banco para com os respectivos cessionários.

21) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Consolidado		
	3º Trimestre	2º Trimestre	Período findo em 30 de setembro de 2011
Operações de crédito	50.824	45.625	137.123
Rendas de cartões	29.553	27.436	88.198
Rendas de serviços de cobrança	18.183	16.762	45.477
Administração de consórcios	3.164	3.371	10.386
Outras	5.650	4.509	14.033
Total	107.374	97.703	295.217

22) DESPESAS DE PESSOAL

	Consolidado		
	3º Trimestre	2º Trimestre	Período findo em 30 de setembro de 2011
Proventos	18.007	10.600	36.630
Encargos Sociais	5.358	4.631	13.386
Honorários	1.757	2.271	6.664
Benefícios	3.001	1.306	5.581
Outros	95	287	392
Total	28.218	19.095	62.653

23) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Consolidado		
	3º Trimestre	2º Trimestre	Período findo em 30 de setembro de 2011
Comissões pagas a lojistas e promotoras	153.391	143.435	596.903
Serviços de terceiros	22.278	3.480	105.777
Processamento de dados	19.406	22.979	67.569
Acordos judiciais	-	18.745	34.045
Serviços do sistema financeiro	16.777	18.687	50.832
Despesas c/ busca e apreensão de bens	13.910	26.283	40.801
Comunicações	12.226	10.751	32.916
Aluguéis	2.558	5.320	8.804
Propaganda, promoções e publicidade	2.824	2.225	8.397
Transporte	1.730	1.563	5.408
Depreciação e amortização	1.157	1.178	3.560
Manutenção e conservação de bens	963	583	2.112
Viagens	335	299	1.444
Administração de Fundo	1.940	4.907	6.847
Outras	26.922	23.200	70.131
Total	276.417	283.635	1.035.546

24) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Consolidado		
	3º Trimestre	2º Trimestre	Período findo em 30 de setembro de 2011
Contribuição à Cofins	17.198	12.787	67.129
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.933	6.499	19.800
Contribuição ao PIS	2.818	2.091	10.962
Impostos e taxas	920	(332)	4.084
Total	27.869	21.045	101.975

25) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	Consolidado		
	3º Trimestre	2º Trimestre	Período findo em 30 de setembro de 2011
Atualização monetária de valores a receber – cessão	2.042	8.551	67.079
Restituição de prêmios de seguros	756	33.500	34.256
Reversão de provisões	1.972	17.152	29.795
Taxa de Registro de Cartórios – CDC	4.623	3.289	11.284
Recuperação de encargos e despesas	1.707	1.136	3.261
Outras rendas operacionais	5.614	28.234	40.194
Total	16.714	91.862	185.869

b) Outras despesas operacionais:

	Consolidado		
	3º Trimestre	2º Trimestre	Período findo em 30 de setembro de 2011
Despesa de cessão de operações de crédito	(31.769)	112.247	116.296
Prejuízo c/ operações de crédito/financiamento	20.145	13.012	39.802
Variação monetária passiva	11.452	10.197	30.815
Provisões	60.953	9.726	75.248
Desconto concedido	2.811	928	7.330
Fraudes indedutíveis – cartões de crédito	4.932	2.035	8.629
Despesas na apreensão de veículos	-	205	1.620
Administração de Apólice de Seguros	1.129	926	6.233
Outras	(12.603)	12.331	5.114
Total	57.050	161.607	291.087

26) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Consolidado		
	3º Trimestre	2º Trimestre	Período findo em 30 de setembro de 2011
Reversão/Provisão de outros valores e bens	9.871	-	9.871
Resultado na alienação de valores e bens	(15.830)	(34.761)	(86.824)
Lucros ou dividendos recebidos	-	-	15
Outros	2.889	3	2.902
Total	(3.070)	(34.758)	(74.036)

27) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Consolidado					
	2011		2010	2011		
	Setembro Ativo (passivo)	Junho Ativo (passivo)	Dezembro Ativo (passivo)	3º Trimestre Receitas (despesas)	2º Trimestre Receitas (despesas)	9 meses Receitas (despesas) (j)
Outros créditos – Arrecadação de cobrança (a)						
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	5	-	-	-
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	-	118.340	-	-	-

Total	-	-	118.345	-	-	-
<u>Cessão de crédito (b)</u>						
Caixa Econômica Federal	734.536	822.905	33.612	-	-	-
Total	734.536	822.905	33.612	-	-	-
<u>Depósitos a vista (c)</u>						
Panamericano DTVM S.A.	-	-	(129)	-	-	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	(1.012)	-	-	-
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	-	(7.183)	-	-	-
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	-	(493)	-	-	-
Vimave Comércio de Eletro – Eletrônicos Ltda.	-	-	(4)	-	-	-
Vimave Vila Maria Veículos Ltda.	-	-	(7)	-	-	-
Vimave Pacaembu Veículos Ltda.	-	-	(11)	-	-	-
Liderança Capitalização S.A.	-	-	(2)	-	-	-
BF Utilidades Domesticas Ltda.	-	-	(5)	-	-	-
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	-	(2)	-	-	-
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	(6)	-	-	-
SSF Fomento Comercial Ltda.	-	-	(17)	-	-	-
Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda.	-	-	(182)	-	-	-
Silvio Santos Participações Ltda.	-	-	(3)	-	-	-
Panamericano Com Prod. E Serv. Ltda.	-	-	(76)	-	-	-
Oscar Freire Open View-Emp. Imob. Ltda.	-	-	(8)	-	-	-
Galeno de Almeida Open View	-	-	(7)	-	-	-
GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda.	-	-	(1)	-	-	-
Hotel Jequití Ltda.	-	-	(48)	-	-	-
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda.	-	-	(321)	-	-	-
Teatro Imprensa Produções Artísticas Ltda.	-	-	(1)	-	-	-
Total	-	-	(9.518)	-	-	-
<u>Depósitos interfinanceiros (d)</u>						
Panamericano DTVM S.A.	-	-	(6.738)	-	(80)	(246)
Total	-	-	(6.738)	-	(80)	(246)
<u>Depósitos a prazo (e)</u>						
Pessoal chave da administração	-	-	(3.012)	-	(54)	(139)
Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda.	-	-	(6.877)	-	(106)	(293)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	-	(9)	-	-	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	-	-	(54)	(126)
BF Utilidades Domesticas Ltda.	-	-	(808)	-	(15)	(37)
Vimave Vila Maria Veículos Ltda.	-	-	(1.102)	-	(19)	(49)
Vimave Pacaembu Veículos Ltda.	-	-	(230)	-	(4)	(10)
SSF Fomento Comercial Ltda.	-	-	(199)	-	(4)	(9)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	-	(14.349)	-	(46)	(417)
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda.	-	-	(1.152)	-	(14)	(46)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	-	(9.041)	-	(860)	(1.712)
Total	-	-	(36.779)	-	(1.176)	(2.838)

	Consolidado					
	2011		2010	2011		
	Setembro Ativo (passivo)	Junho Ativo (passivo)	Dezembro Ativo (passivo)	3º Trimestre Receitas (despesas)	2º Trimestre Receitas (despesas)	9 meses Receitas (despesas) (j)
<u>Caixa CDC FIDC (f)</u>						
Silvio Santos Participações Ltda.	-	-	(4.262)	-	-	(32)
Pessoal chave da administração	-	-	(57.301)	-	(1.167)	(2.803)
Subtotal	-	-	(61.563)	-	(1.167)	(2.835)
<u>Caixa Master CDC FIDC (f)</u>						
Pessoal chave da administração	-	-	(2.719)	-	(62)	(150)
Subtotal	-	-	(2.719)	-	(62)	(150)
Total	-	-	(64.282)	-	(1.229)	(2.985)
<u>Outras obrigações (g)</u>						
Caixa Econômica Federal	(142.399)	(94.376)	-	-	-	-

Panamericano DTVM S.A.	-	-	(800)	-	-	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	(6.402)	-	-	-
Panamericano Adm. de Cartões de crédito Ltda.	-	-	(223.406)	-	-	-
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	-	(913)	-	-	-
Silvio Santos Participações Ltda.	-	-	(181)	-	-	-
Total	(142.399)	(94.376)	(231.702)	-	-	-
<u>Outras despesas administrativas (h)</u>						
Panamericano DTVM S.A.	-	-	-	-	(1.007)	(4.283)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	-	-	(30.139)	(66.741)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	-	-	-	(6.390)	(36.323)
BF Utilidades Domésticas Ltda.	-	-	-	-	(349)	(1.187)
BF Par Utilidades Domésticas Ltda	-	-	-	-	(359)	(1.103)
Hotel Jequití Ltda.	-	-	-	-	(1)	(2)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	-	-	-	(13)	(1.118)
Promolider Promotora Vendas Ltda.	-	-	-	-	(32)	(40)
Silvio Santos Participações Ltda.	-	-	-	-	(6)	(17)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	-	-	-	-	(6)
GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda.	-	-	-	-	(97)	(753)
Panamericano Com. Prod. e Serv. Ltda	-	-	-	-	(467)	(1.217)
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda	-	-	-	-	-	(76)
SS Comércio de Cosméticos e Prod. de Higiene Pessoal Ltda.	-	-	-	-	-	(5)
Total	-	-	-	-	(38.860)	(112.871)
<u>Resultado obtido na cessão de crédito (i)</u>						
Caixa Econômica Federal	-	-	-	103.450	129.858	312.996
Total	-	-	-	103.450	129.858	312.996
<u>Resumo por conta</u>						
Outros créditos – Arrecadações de cobrança (a)	-	-	118.345	-	-	-
Cessão de crédito (b)	734.536	822.905	33.612	-	-	-
Depósitos a vista (c)	-	-	(9.518)	-	-	-
Depósitos interfinanceiros (d)	-	-	(6.738)	-	(80)	(246)
Depósitos a prazo (e)	-	-	(36.779)	-	(1.176)	(2.838)
Caixa CDC FIDC/Caixa Master CDC FIDC (f)	-	-	(64.282)	-	(1.229)	(2.985)
Outras obrigações (g)	(142.399)	(94.376)	(231.702)	-	-	-
Outras despesas administrativas (h)	-	-	-	-	(38.860)	(112.871)
Resultado obtido na cessão de crédito (i)	-	-	-	103.450	129.858	312.996
Total	592.137	728.529	(197.062)	103.450	88.513	194.056

(a) Referem-se a valores de cobrança a receber arrecadados, que são repassados em D + 1;

(b) Refere-se a cessão de crédito a receber sem coobrigação;

(c) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco;

(d) Refere-se a captação através de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(e) Referem-se a captação através de depósitos a prazo efetuados no Banco;

(f) Referem-se a captação através de cotas do FIDC;

(g) Referem-se a valores de cobrança e prêmios de seguros a repassar arrecadados através de empresas ligadas, serviços prestados, liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito e intermediação de Títulos e Valores Mobiliários pela DTVM;

(h) Referem-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas;

(i) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito; e

(j) Exceto pelas informações da Caixa Econômica Federal e pessoal chave da administração, as demais informações de Receitas e despesas referem-se a transações com empresas consideradas como partes relacionadas até 27 de maio de 2011, data da troca do controle acionário do Banco Panamericano.

b) Remuneração dos Administradores

• Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	Consolidado		
	3º Trimestre	2º Trimestre	Período findo em 30 de setembro de 2011
Despesas de honorários	1.757	2.271	6.664
Contribuição ao INSS	385	475	1.454
Total	2.142	2.746	8.118

1. Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

- **Outras informações**

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

28) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- **Gestão de Riscos**

O Banco possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é atribuição da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

Os instrumentos financeiros pressupõem a existência de risco de mercado e de crédito.

- **Gestão do Capital**

O gerenciamento da estrutura de capital deve buscar a otimização da relação risco e retorno, adequando as alocações ao apetite de risco e maximizando a relação risco versus retorno. O conglomerado tem por definição maximizar a utilização do seu capital a partir da eficiência na composição das suas alocações de recursos e os seus respectivos fatores de risco.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILÉIA

O Banco realiza a mensuração do capital regulatório a partir dos modelos padronizados autorizados pelo CMN e BACEN. Os limites operacionais são apurados mensalmente, confrontando o capital com a exigência decorrente das exposições ao risco de mercado, risco de crédito, risco operacional e risco de taxas de juros da carteira de não-negociação.

Demonstra-se a seguir o cálculo do Índice de Basileia.

Estrutura de Capital	Conglomerado					
	Sigla	Setembro/2011		Junho 2011		Dezembro 2010
		(1)	(2)	(1)	(2)	(3)
1. Patrimônio de Referência	PR	1.402.220	379.220	1.690.422	944.913	(721.140)
1.1 Nível I	PR I	934.820	252.820	1.126.957	629.951	(721.140)
1.2 Nível II	PR II	467.400	126.400	563.465	314.962	-
2 Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco	PEPR	1.136.151	1.115.690	1.126.673	1.111.763	1.338.780
3 Parcela de Juros (Pré Fixados)	PJUR1	58	58	38.735	38.735	38.977
4 Parcela do Risco Operacional	POPR	149.208	149.208	324.901	324.901	348.567
5 Parcela de ações	PACS	1.529	1.529	4.598	4.598	-
6 Patrimônio de Referência Exigido (2+3+4+5)	PRE	1.286.946	1.266.486	1.494.908	1.479.998	1.726.324

7 Parcela do Risco das Posições <i>Banking</i>	RBAN	77.268	77.268	71.172	71.172	75.421
8 Valor da Margem (1 – 6 – 7)		38.006	(964.534)	124.342	(606.256)	(2.669.908)
Índice de Basileia (1 x 100) / (6 / 0,11)		11,99%	3,29%	12,44%	7,02%	-4,60%

(1) Em Setembro/2011, considera o previsto na Res. CMN 4.019/2011, a partir de 09/11/2011. Em Junho/2011, considera os efeitos da Res. CMN 3.398/06;

(2) Não considera os efeitos mencionados acima; e

(3) Considera os ajustes divulgados na Nota Explicativa 27 às Demonstrações Financeiras de 30/06/2011.

O Índice da Basileia atingiu 11,99% ante a 12,44% em 30 de junho de 2011, considerando-se, respectivamente, os efeitos previstos na Res. CMN 4.019/11 e na Res. CMN 3.398/06 na composição do Patrimônio de Referência – PR, que atingiu R\$ 1.402 milhões ante a R\$ 1.690 milhões no final do semestre.

A exigência de capital regulatório, dada pelo Patrimônio de Referência Exigido - PRE, apresentou redução, comparativamente a junho de 2011, em função da dinâmica apresentada pela componente de ativos ponderados (PEPR), que reflete as operações de cessão de crédito, e de aprimoramentos na metodologia de apuração da parcela correspondente ao risco operacional (POPR), migrando da metodologia do Indicador Básico (BIA) para a Abordagem Padronizada Alternativa (ASA). Houve ainda a adequação da classificação e tratamento de determinadas exposições entre as carteiras trading e banking, o que explica o comportamento observado nas parcelas Pjur1 e RBAN.

A adoção da nova metodologia de apuração de exigência de capital para risco operacional, de maior complexidade, representa importante avanço no esforço de adequação da estrutura de gerenciamento de riscos do Banco.

• Risco de Crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

• Risco de Mercado

Refere-se à possibilidade de perda devido à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Banco. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

O Banco está exposto aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial, taxa de juros vinculada aos índices INPC, IPCA, IGPM, SELIC, DI e à variação cambial. As variações cambiais são referenciadas ao Dólar Americano (US\$). Os principais fatores se relacionam as taxas prefixadas e variação cambial.

As operações e respectivos instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira Trading: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira Banking: operações não classificadas na Carteira Trading. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização, seus eventuais hedges e todas as demais exposições não classificadas na carteira trading.

A administração pode alterar os efeitos advindos do risco de mercado das exposições, através de mecanismos de hedge e/ou reposicionando de ativos e passivos, o que pode mitigar os impactos decorrentes de eventuais cenários desfavoráveis.

Análise de Sensibilidade em 30 de setembro de 2011.

Fatores de Risco	Carteira Trading e Banking Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS (*)		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Pré Fixadas	(2.150)	(650.655)	(1.440.737)
Moeda Estrangeira	Cambial (redução)	(61)	(1.513)	(3.026)
Cupom Cambial	Taxas dos Cupom Dólar	(20)	(2.090)	(12.183)
Cupom de Índice de Preços	Taxas dos cupom de Índice de Preços	(78)	(9.297)	(19.043)
Total 30 de Setembro de 2011		(2.309)	(663.555)	(1.474.989)
Total 30 de Junho de 2011		(1.050)	(216.372)	(412.216)
Total 31 de Dezembro de 2010		(1.473)	(226.686)	(431.783)

(*) Valores brutos de impostos

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir do cenário base (dados de mercado de 30.09.2011), sendo considerados sempre os impactos negativos nas nossas posições para cada vértice/vencimento. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 1,87. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 2,32. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 2,78. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir apresenta-se os valores patrimoniais vinculados a moedas estrangeiras em 30 de setembro de 2011, 30 junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Passivos – Dólar	Consolidado		
	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010
Dívida subordinada	985.067	987.960	1.066.032
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	917.667	779.050	849.079
Total	1.902.734	1.767.010	1.915.111

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 30 de setembro, 30 junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Consolidado					
	Valor de Referência			Saldo Contábil		
	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010
Ativos - Dólar						
Swap	1.675.175	1.771.643	1.909.963	2.352.735	2.130.593	1.956.618
Total	1.675.175	1.771.643	1.909.963	2.352.735	2.130.593	1.956.618

- **Risco de Liquidez**

Refere-se à capacidade do conglomerado de monitorar o descasamento entre os prazos de recebimento dos ativos e aplicações financeiras em comparação ao pagamento das obrigações assumidas. O Banco gerencia diariamente sua liquidez, segundo prevê a Resolução 2.804/00.

29) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco e suas controladas contribuem mensalmente para a Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco e de suas controladas como patrocinadores. No período findo em 30 de setembro de 2011, o montante dessa contribuição foi de R\$ 798 no consolidado.

Além desse benefício, o Banco Panamericano oferece aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento. O montante dessas despesas totalizaram no período findo em 30 de setembro de 2011 R\$ 5.594 no consolidado.

30) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		
	3º Trimestre	2º Trimestre	9 meses
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(282.528)	(138.998)	(298.537)
Encargos/Créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1) (2)	113.015	55.612	119.488
Efeito no cálculo dos tributos:			
Ajuste de Crédito Tributários de Exercício Anteriores (3)	-	-	2.136
Crédito tributário de períodos anteriores não constituídos	(523)	112	(411)
Ativação de créditos tributários de exercícios anteriores	175.000		175.000
Outros valores (4)	(2.355)	57.929	55.789
Receita de Imposto de renda e contribuição social do período	285.137	113.653	352.002

- (1) No consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada para a Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. e Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (25% de imposto de renda e 9% para contribuição social);
- (2) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08, permanecendo em 9% para as demais empresas (nota 3m);
- (3) Diferença de Crédito tributário sobre adições temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa do ano de 2010 na empresa Panamericano Arrendamento Mercantil S/A;
- (4) Os outros valores apresentam a seguinte composição: (i) Fraudes indedutíveis de cartões no montante de (R\$3.452) no consolidado; (ii) Reversão de PDD do Fundo de Investimento FF Multisegmento, encerrado em 29 de junho de 2011, no montante de R\$ 59.700, no consolidado; (iii) Outras adições/exclusões permanentes no montante de (R\$458) no consolidado.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Período de 9 meses			
	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 30/09/2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	242.260	327.957	(206.114)	364.103
Provisão para contingências cíveis	32.630	19.259	(38)	51.851
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	159.273	39.809	-	199.082
Provisão para contingências trabalhistas	2.616	5.410	(123)	7.903
Provisão para contingências tributárias	9.052	519	(439)	9.132
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprios	-	34.617	(1.535)	33.082
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	52.708	-	(45.221)	7.487
Outras provisões	-	1.600	-	1.600
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	498.539	429.171	(253.470)	674.240

Provisão para perdas – Ajustes de exercícios anteriores	-	98.690	-	98.690
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.130.856	253.433	-	1.384.289
Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos crédito cedidos aos FIDCs	132.546	-	(12.505)	120.041
Total dos créditos tributários	1.761.941	781.294	(265.975)	2.277.260
Obrigações fiscais diferidas (nota 18a)	(204.989)	(59.860)	-	(264.849)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	1.556.952	721.434	(265.975)	2.012.411

	Período de 6 meses			
	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	242.260	193.139	(205.096)	230.303
Provisão para contingências cíveis	32.630	3.422	(17)	36.035
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	159.273	28.834	-	188.107
Provisão para contingências trabalhistas	2.616	946	(84)	3.478
Provisão para contingências tributárias	9.052	698	(434)	9.316
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprios	-	38.566	(1.379)	37.187
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	52.708	-	(25.985)	26.723
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	498.539	265.605	(232.995)	531.149
Provisão para perdas – Ajustes de exercícios anteriores	-	20.316	-	20.316
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.130.856	83.161	-	1.214.017
Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos crédito cedidos aos FIDCs	132.546	-	(12.265)	120.281
Total dos créditos tributários	1.761.941	369.082	(245.260)	1.885.763
Obrigações fiscais diferidas (nota 18a)	(204.989)	(49.843)	24.282	(230.550)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	1.556.952	319.239	(220.978)	1.655.213

Os créditos tributários das empresas dos segmentos financeiros e de seguros foram constituídas considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 (nota 3m).

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no plano de negócios apresentado ao Conselho de Administração, elaborado mediante estudo do cenário atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Esta projeção foi revisada no 3º trimestre de 2011, considerando o novo plano de negócios apresentado ao BACEN, o que resultou no aumento de créditos tributários sobre prejuízos fiscais anteriormente não ativados, no montante de R\$ 175.000 (nota 30d).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Consolidado												
	Diferenças temporárias			Prejuízo fiscal e base negativa			Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs			Total		
	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010	Setembro/2011	Junho/2011	Dezembro/2010
2011	112.201	149.004	222.991	29.045	54.720	68.386	888	24.368	6.945	142.134	228.092	298.322
2012	214.153	99.195	89.794	46.477	43.865	43.865	6.722	7.942	13.931	267.352	151.002	147.590
2013	105.996	57.139	8.826	107.280	101.346	101.346	16.170	15.165	22.732	229.446	173.650	132.904
2014	15.566	15.082	8.827	160.212	152.523	152.523	33.539	27.136	36.530	209.317	194.741	197.880
2015	15.567	15.083	8.827	170.040	160.748	160.748	43.731	32.839	52.408	229.338	208.670	221.983
2016	11.675	7.538	-	166.363	146.955	127.822	16.266	10.272	-	194.304	164.765	127.822
2017	-	-	-	155.842	144.015	144.015	1.933	1.472	-	157.775	145.487	144.015
2018	-	-	-	169.583	156.713	156.713	528	604	-	170.111	157.317	156.713
2019	-	-	-	188.517	174.210	175.438	264	483	-	188.781	174.693	175.438
2020	199.082	208.424	159.274	6.633	78.922	-	-	-	-	205.715	287.346	159.274
2021	-	-	-	282.987	-	-	-	-	-	282.987	-	-
Total	674.240	551.465	498.539	1.482.979	1.214.017	1.130.856	120.041	120.281	132.546	2.277.260	1.885.763	1.761.941

Em 30 de setembro de 2011, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$1.449.813 no consolidado (R\$ 1.123.939 no consolidado em 30 de junho de 2011 e R\$ 1.048.257 no consolidado em 31 de dezembro de 2010).

d) Créditos tributários não ativados

Em 30 de setembro de 2011, o consolidado apresenta prejuízos fiscais de aproximadamente R\$1.297.004, (R\$ 1.733.639 em 30 de junho de 2011 e R\$ 1.733.294 em 31 de dezembro de 2010), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 518.704, (R\$ 693.450 em 30 de junho de 2011 e R\$ 693.292 em 31 de dezembro de 2010), em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

Durante o 3º trimestre de 2011, à administração do Banco revisou a projeção de créditos tributários e reconheceu parcela adicional de créditos anteriormente não ativados (nota 30c).

e) Obrigações fiscais diferidas

Período de 9 meses	Saldo em 31.12.2010	Constituição	Realização	Saldo em 30.09.2011
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	7.487	45.832	-	53.319
Superveniência de depreciação	197.502	14.028	-	211.530
Total	204.989	59.860	-	264.849

Período de 6 meses	Saldo em 31.12.2010	Constituição	Realização	Saldo em 30.06.2011
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	7.487	35.112	(24.282)	18.317
Superveniência de depreciação	197.502	14.731	-	212.233
Total	204.989	49.843	(24.282)	230.550

As obrigações fiscais diferidas das empresas dos segmentos financeiro e de seguros foram constituídas considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 (Nota 3m).

31) OUTRAS INFORMAÇÕES

- Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 8.627 (R\$ 8.930 em 30 de junho de 2011 e R\$ 20.062 em 31 de dezembro de 2010).
- O Banco e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.
- Em 30 de setembro e 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 o Banco e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias.

Sergio de Jesus
Contador – CRC 1SP198209/O-2

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco Panamericano S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com as Informações Trimestrais Consolidadas referente ao período findo em 30 de setembro de 2011.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco Panamericano S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às Informações Trimestrais Consolidadas referente ao período findo em 30 de setembro de 2011.

Banco Panamericano S.A. e empresas controladas

**Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de setembro de 2011
e relatório de revisão dos auditores independentes**



Relatório de revisão das informações trimestrais

Aos Administradores
Banco Panamericano S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas do Banco Panamericano S.A. e empresas controladas (“Instituição”) referentes ao terceiro trimestre de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro e 30 de junho de 2011 e a respectivas demonstrações do resultado do segundo e terceiro trimestres de 2011 e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, a demonstração das mutações do patrimônio líquido do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 e a demonstração dos fluxos de caixa para o segundo e terceiro trimestres de 2011 e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Conforme descrito na Nota explicativa nº 2 às informações contábeis intermediárias, não foram apresentadas as informações contábeis comparativas relativas ao igual período de 2010, dado não ter sido praticável, nas circunstâncias, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa. Entretanto, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis a



Banco Panamericano S.A.

elaboração das informações intermediárias requerem que as informações contábeis intermediárias, sejam elaboradas de forma comparativa com períodos anteriores.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelo mencionado no parágrafo base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Limites Operacionais Regulatórios

Consoante apresentado na nota 28, os limites operacionais regulatórios na data-base de 31 de dezembro de 2010 encontravam-se desenquadrados dos limites requeridos pelo Banco Central do Brasil. Em 2011 foram aportados recursos, no valor de R\$ 1.300 milhões (nota 20 (d)) e também vinculados em garantia títulos públicos (nota 28 e 7 (a)). A Administração do Banco, em conjunto com seus acionistas, entende que as alterações societárias e as medidas operacionais e financeiras que estão sendo adotadas (nota 1), contribuem positivamente sobre a estrutura de liquidez e cumprimento do capital regulatório do Banco para manutenção dos limites operacionais. Nossa conclusão não está sendo ressalvada em função deste assunto.

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota 30, existem em 30 de setembro de 2011 créditos tributários ativos reconhecidos com base em projeções financeiras e plano de negócios revistos para 30 de setembro de 2011 e aprovados pelo Conselho de Administração, que incluem estudo da conjuntura atual e cenários futuros de premissas utilizadas nas referidas projeções. A realização desses créditos tributários registrados contabilmente depende da materialização dessas projeções e plano de negócios na forma como aprovadas pelos órgãos da Administração. Nossa conclusão não está sendo ressalvada em função deste assunto.



Banco Panamericano S.A.

Outros assuntos

Informações Intermediárias do Valor Adicionado

Revisamos, também as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao segundo e terceiro trimestres de 2011 e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários e de apresentação voluntária pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pela ausência de apresentação de forma comparativa com períodos anteriores, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes a trimestres anteriores

As informações intermediárias mencionadas no parágrafo de introdução incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010, obtidas das demonstrações financeiras do período findo naquela data. O exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram opinião com ressalva quanto à ausência de apresentação de demonstrações financeiras comparativas e ênfases quanto aos mesmos assuntos mencionados nos parágrafos de ênfase acima, com data de 14 de fevereiro de 2011.

São Paulo, 09 de novembro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0